
Comércio da UE com a América Latina e as Caraíbas

Panorama e números



ANÁLISE APROFUNDADA

EPRS | Serviço de Estudos do Parlamento Europeu

Autora: Gisela Grieger
Serviço de Estudos de Apoio aos Deputados
PE 644.219 – dezembro de 2019

A presente publicação apresenta uma panorâmica geral das relações comerciais entre a UE e países e grupos da América Latina e das Caraíbas. Contém dados comerciais recentes, compara os principais acordos que regem as relações comerciais já existentes e analisa os resultados dos recentes relatórios de execução. Além disso, analisa a motivação subjacente às negociações em curso sobre um pilar comercial modernizado do Acordo de Associação UE-Chile de 2002 e aos «acordos de princípio» sobre um pilar comercial modernizado do Acordo Global UE-México de 1997 e sobre um pilar comercial do novo Acordo de Associação UE-Mercosul alcançado em 2018 e 2019, respetivamente.

O presente documento foi elaborado pelos Serviços de Estudos de Apoio aos Deputados, na Direção-Geral dos Serviços de Estudos do Parlamento Europeu (DG EPRS) do Secretariado-Geral do Parlamento Europeu.

Para contactar a autora, enviar mensagem de correio eletrónico para: eprs@ep.europa.eu

Manuscrito original, em inglês, concluído em novembro de 2019.

Trata-se de uma edição revista e atualizada de uma publicação de setembro de 2018 da autoria de Gisela Grieger e Roderick Harte.

A autora agradece a Giulio Sabbati a ajuda e o contributo para a elaboração dos gráficos presentes no documento. Salvo indicação em contrário, todos os dados constantes da presente publicação são do Eurostat.

EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES E DIREITOS DE AUTOR

O presente documento foi elaborado para os deputados e o pessoal do Parlamento Europeu como material de referência, a fim de os ajudar no seu trabalho parlamentar. O conteúdo do documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e quaisquer opiniões nele expressas não representam a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e a tradução para fins não comerciais são autorizadas, desde que a fonte seja indicada e o Parlamento Europeu seja previamente notificado e lhe seja enviada uma cópia.

Bruxelas © União Europeia, 2019.

Fotografia: © Peter Hermes Furian / Shutterstock.

PE 644.219

ISBN: 978-92-846-6083-4

DOI:10.2861/347765

CAT: QA-04-19-765-PT-N

eprs@ep.europa.eu (contacto)

<http://www.eprs.ep.parl.union.eu> (intranet)

<http://www.europarl.europa.eu/thinktank> (internet)

<http://epthinktank.eu> (blog)

Síntese

Os 33 países que formam a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) continuam a ser, no seu conjunto, o quinto parceiro comercial mais importante da UE e constituem uma região com a qual a UE mantém uma cooperação e um diálogo político estreitos graças aos seus laços históricos, culturais e económicos. No entanto, em virtude das mudanças de poder a nível mundial e do facto de os mercados asiáticos se terem tornado os motores do comércio mundial, a UE perdeu, nas últimas duas décadas, uma quota de mercado importante na América Latina e nas Caraíbas (ALC), principalmente para a China.

Atendendo a que o sistema de comércio multilateral baseado em regras tem estado sujeito a uma forte pressão face a uma política comercial norte-americana imprevisível, orientada para o bilateralismo protecionista e o unilateralismo, os principais parceiros de negociação da UE na LAC, como a Argentina e o Brasil, após as eleições presidenciais de 2015 e 2018, renovaram os seus compromissos com o multilateralismo e o comércio livre e justo. Esta conjuntura proporcionou uma janela de oportunidade para a UE celebrar um «acordo de princípio» UE-Mercosul em junho de 2019 e reafirmar os seus interesses geoeconómicos e geopolíticos na região antes das eleições de outubro de 2019 na Argentina, cujo resultado pode pôr em risco a ambiciosa agenda de liberalização comercial do Mercosul.

Em 2018 e 2019, a UE realizou progressos importantes no sentido de alcançar três objetivos da sua estratégia Comércio para Todos de 2015 no que diz respeito à ALC: 1) em abril de 2018, foi alcançado um «acordo de princípio» sobre um pilar comercial modernizado do Acordo Global UE-México; 2) em 2019, as negociações UE-Chile sobre um pilar comercial modernizado do Acordo de Associação UE-Chile ganharam novo impulso; e 3) em 28 de junho de 2019, após 20 anos de negociações, foi alcançado um «acordo de princípio» com os quatro membros fundadores do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – sobre o pilar comercial de um Acordo de Associação UE-Mercosul mais amplo. Este último pode ser considerado como um avanço do ponto de vista geopolítico e comercial. No entanto, gerou controvérsia entre aqueles que o rejeitam devido ao suposto impacto negativo do seu pilar comercial sobre o desenvolvimento sustentável, as alterações climáticas, a agricultura em pequena escala e os direitos dos povos indígenas, e entre aqueles que defendem o aproveitamento do seu pilar comercial para promover políticas sustentáveis nos países do Mercosul, a fim de travar a desflorestação maciça da Amazônia e pressionar vigorosamente para que sejam tomadas medidas decisivas para a reflorestação em larga escala.

Os «acordos de princípio» e as conversações em curso com o Chile baseiam-se numa estratégia da UE, seguida desde a década de 1990, de promoção da integração sub-regional no seio da ALC e de integração birregional entre a UE e os quatro grupos sub-regionais da ALC (a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Cariforum, o grupo da América Central e o Mercosul), bem como de integração com o Chile e o México. Esta estratégia resultou na celebração de acordos que regem as relações comerciais, nomeadamente acordos plenos com dois grupos sub-regionais (Cariforum e América Central), um acordo de comércio livre (ACL) multilateral com três países da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Peru) e acordos bilaterais com o México e o Chile.

No geral, os acordos da UE que regem as relações comerciais com a ALC diferem consideravelmente em termos de cobertura e metodologia, dependendo do momento em que foram celebrados e do contexto das negociações. Os pilares comerciais dos atuais acordos comerciais são menos completos e avançados em termos de liberalização, quando comparados com o Acordo Económico e Comercial Global UE-Canadá (CETA). Carecem, nomeadamente, de disposições específicas sobre

desenvolvimento sustentável (que são abordadas em diálogos políticos mais ligeiros) e contêm disposições limitadas da Organização Mundial do Comércio (OMC+) sobre direitos de propriedade intelectual (DPI), serviços, investimento, contratos públicos e cooperação regulamentar.

As resoluções de 2019 do Parlamento Europeu (PE) sobre a aplicação do acordo de comércio livre da UE com a Colômbia e o Peru e do pilar comercial do Acordo de Associação UE-América Central sublinharam que ainda há muito a fazer para aumentar a utilização das regras preferenciais em ambos os lados (nomeadamente através de um melhor apoio às pequenas e médias empresas (PME)) e garantir que a sociedade civil esteja decisivamente habilitada a dar um contributo significativo para o reforço da exequibilidade dos compromissos assumidos nos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável (CDS). Contrariamente à política seguida pela Comissão Europeia, as resoluções do PE não excluem a utilização de sanções como último recurso.

Índice

1. Panorâmica geral das relações comerciais da UE com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC	2
1.1. Os atuais acordos que regem as relações comerciais	4
1.1.1. UE-Comunidade Andina	5
1.1.2. UE-América Central	14
1.1.3. UE-Cariforum	17
1.1.4. UE-Cuba	20
1.2. Negociações em curso sobre os acordos que regem as relações comerciais	21
1.2.1. Negociações do pilar comercial do novo Acordo de Associação UE-Mercosul	21
1.2.2. Modernização do pilar comercial do Acordo Global UE-México	29
1.2.3. Modernização do pilar comercial do Acordo de Associação UE-Chile	32
2. Síntese comparativa dos atuais acordos da UE que regem as relações comerciais com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC	36
2.1. Diferentes metodologias de negociação	36
2.2. Diferenças de conteúdo entre os acordos de «antiga» e de «nova» geração	37
2.3. Aprofundamento e alargamento dos acordos comerciais UE-ALC	39
3. Principais referências	41
Anexo 1: Panorâmica geral das relações comerciais da UE com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC	42

Índice de imagens e de quadros

Quadro 1 – Comércio da UE com os grupos/Estados da ALC e classificação dos parceiros comerciais da ALC em 2018	3
Figura 1 – Comércio de mercadorias da UE com a Comunidade Andina	7
Figura 2 – Comunidade Andina: 5 principais parceiros comerciais	10
Figura 3 – Principais produtos comerciais	10
Figura 4 – Comércio de mercadorias da UE com a Comunidade Andina	10
Figura 5 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com a Comunidade Andina	10
Figura 6 – Comércio de mercadorias da UE com a Colômbia (2010-2018)	11
Figura 7 – Comércio da UE com a Colômbia: principais produtos (2018, milhões de euros)	11
Figura 8 – Comércio de mercadorias da UE com o Peru (2010-2018)	12
Figura 9 – Comércio da UE com o Peru: principais produtos (2018, milhões de euros)	12
Figura 10 – Comércio de mercadorias da UE com o Equador (2010-2018)	13
Figura 11 – Comércio da UE com o Equador: principais produtos (2018, milhões de euros)	13
Figura 12 – Comércio de mercadorias da UE com a América Central	14
Figura 13 – América Central: 5 principais parceiros comerciais	16
Figura 14 – Principais produtos comerciais	16
Figura 15 – Comércio de serviços da UE com a América Central	16
Figura 16 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com a América Central	16
Figura 17 – Comércio de mercadorias da UE com o Cariforum	17
Figura 18 – Cariforum: 5 principais parceiros comerciais	19
Figura 19 – Principais produtos comerciais	19
Figura 20 – Comércio de serviços da UE com o Cariforum	19
Figura 21 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com o Cariforum	19
Figura 22 – Comércio de mercadorias da UE com Cuba	20
Figura 23 – Comércio de mercadorias da UE com o Mercosul-4	23
Quadro 2 – Importações da UE de carne de bovino e animais vivos provenientes dos principais parceiros (toneladas EPC)	24
Figura 24 – Mercosul-4: 5 principais parceiros comerciais	26
Figura 25 – Principais produtos comerciais	26
Figura 26 – Comércio de serviços da UE com o Mercosul-4	26
Figura 27 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com o Mercosul-4	26
Figura 28 – Comércio de mercadorias da UE com a Argentina (2010-2018)	27

Figura 29 – Comércio da UE com a Argentina: principais produtos (2018, mil milhões de euros)	27
Figura 30 – Comércio de mercadorias da UE com o Brasil (2010-2018)	28
Figura 31 – Comércio da UE com o Brasil: principais produtos (2018, mil milhões de euros)	28
Figura 32 – Comércio de mercadorias da UE com o México	29
Figura 33 – México: 5 principais parceiros comerciais	31
Figura 34 – Principais produtos comerciais	31
Figura 35 – Comércio de serviços da UE com o México	31
Figura 36 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com o México	31
Figura 37 – Comércio de mercadorias da UE com o Chile	32
Figura 38 – Chile: 5 principais parceiros comerciais	35
Figura 39 – Principais produtos comerciais	35
Figura 40 – Comércio de serviços da UE com o Chile	35
Figura 41 – <i>Stocks</i> de IDE da UE com o Chile	35
Quadro 1 – Panorâmica geral dos principais acordos UE-ALC que regem as relações comerciais	42

Principais siglas e acrónimos

ACL:	Acordo de comércio livre
ADPC:	Acordo de Diálogo Político e de Cooperação (UE-Cuba)
ALC:	América Latina e Caraíbas
ALCA:	Área de Livre Comércio das Américas
APE:	Acordo de parceria económica
APEC:	Cooperação Económica Ásia-Pacífico
CAN:	Comunidade Andina de Nações
Caricom:	Comunidade das Caraíbas
Cariforum:	Fórum dos Estados ACP das Caraíbas
CDS:	Comércio e desenvolvimento sustentável
CELAC:	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CETA:	Acordo Económico e Comercial Global
CP:	Contingente pautal
DPI:	Direitos de propriedade intelectual
EFTA:	Associação Europeia de Comércio Livre
EuroLat:	Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana
GATS:	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
IDE:	Investimento direto estrangeiro
IG:	Indicação geográfica
Mercosul:	Mercado del Sur (Mercado Comum do Sul)
MSF:	Medidas sanitárias e fitossanitárias
NMF:	Nação mais favorecida
NAFTA:	Acordo de Comércio Livre da América do Norte
OCDE:	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
OMC:	Organização Mundial do Comércio
OTC:	Obstáculos técnicos ao comércio
PME:	Pequena e média empresa
PTA:	Acordo comercial preferencial
PTCI:	Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento
PTP:	Parceria Transpacífica
SPG:	Sistema de preferências generalizadas
STI:	Sistema de Tribunais de Investimento
TBI:	Tratado bilateral de investimento
TJUE:	Tribunal de Justiça da União Europeia
TRIPS:	Aspetos dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio

1. Panorâmica geral das relações comerciais da UE com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC

A UE mantém uma cooperação e um diálogo político estreitos com a América Latina e as Caraíbas (ALC), tendo em conta os seus laços históricos, culturais e económicos com a região. As cimeiras birregionais UE-ALC enquanto mecanismo intergovernamental de diálogo político iniciaram-se em 1999 e realizam-se de dois em dois anos desde 2013, com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que conta com 33 membros, como entidade homóloga da UE.¹ Entretanto, em 2006, foi formada a Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat) para constituir a dimensão parlamentar da parceria estratégica birregional.²

Desde a década de 1990, a UE tem seguido uma estratégia de promoção das iniciativas de integração sub-regional no seio da ALC e de integração birregional entre a UE e os quatro grupos sub-regionais então existentes (a Comunidade Andina de Nações, o Cariforum, o grupo da América Central e o Mercosul), bem como de integração bilateral com o Chile e o México. Esta estratégia foi implementada numa altura em que os EUA conduziam as negociações com vista à celebração do Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) com o Canadá e o México, assinado em 1992, e à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que foi interrompida em 2005.³ A estratégia da UE visava também contrabalançar a presença dominante dos EUA na ALC e garantir o acesso do mercado da UE à região. Em meados da década de 2000, vários países da América Latina passaram por mudanças políticas conducentes a governos de esquerda que procuravam alternativas socialistas à abordagem de livre comércio. Como consequência, a estratégia de integração regional da UE para a ALC não se desenvolveu de forma tão coerente como inicialmente se esperava.

Desde novembro de 2019, no entanto, a UE dispõe de um acordo pleno no quadro de um acordo de associação inter-regional – que inclui o diálogo político, a cooperação e um pilar comercial – com um grupo da ALC, o grupo da América Central, e um acordo de parceria económica (APE) com outro grupo da ALC, o Cariforum. Também celebrou um acordo comercial multilateral com três países da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Peru), ao qual a Bolívia poderá aderir no futuro, e acordos bilaterais que regem as relações comerciais⁴ com o México e o Chile. Além disso, a UE celebrou acordos-quadro bilaterais com os membros fundadores do Mercosul, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai.⁵ Um acordo-quadro inter-regional entre a UE e o Mercosul, em vigor desde 1999, será substituído por um acordo de associação UE-Mercosul assim que o «acordo de princípio» alcançado em junho de 2019 conclua o seu processo de ratificação nos Estados do Mercosul e a nível da UE e dos Estados-Membros.

¹ B. O'Boyle, [Explainer: What Is CELAC?](#), Americas Society/Council of the Americas, 27 de janeiro de 2015. Para documentos anteriores a 2017, consultar [ALCUE NET](#).

² A EuroLat é uma assembleia parlamentar multilateral conjunta constituída por 150 membros, 75 do Parlamento Europeu e 75 da componente latino-americana, incluindo o Parlatino (Parlamento Latino-Americano), o Parlandino (Parlamento Andino), o Parlacen (Parlamento Centro-Americano), o Parlasul (Parlamento do Mercosul), o Congresso mexicano, o Congresso chileno, a [Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana \(EuroLat\)](#) e o Parlamento Europeu.

³ E. Pollio, [What Kind of Interregionalism?](#) The EU-Mercosur Relationship within the Emerging 'Transatlantic Triangle', Bruges Regional Integration & Global Governance Papers, 3/2010.

⁴ Na presente publicação, a expressão «acordo que rege as relações comerciais» significa que o acordo em causa abrange diversos domínios de cooperação, incluindo as relações comerciais. Se um acordo apenas reger as relações comerciais, denominar-se-á «acordo comercial».

⁵ Ver o quadro 1 no anexo 1 para uma síntese dos acordos em vigor.

Desde meados da década de 1990, a quota de mercado da UE no comércio dos países da América Latina e Caraíbas diminuiu consideravelmente. Enquanto em 1990 a UE representava 24,8 % do comércio da ALC, em 2011 a sua quota tinha diminuído para 13,7 %, ⁶ refletindo o resultado de uma combinação de importantes mudanças geopolíticas e políticas e do impacto da crise financeira.

Os principais desenvolvimentos incluem: i) a ascensão dos mercados emergentes, nomeadamente da China, ⁷ e a sua importância crescente como novos atores na ALC; e ii) a criação em 2011 da Aliança do Pacífico, uma nova iniciativa muito dinâmica de integração sub-regional da América Latina, fundada por quatro países da bacia do Pacífico – Chile, Colômbia, México e Peru –, que partilham um forte interesse em estabelecer relações com mercados asiáticos dinâmicos.

Quadro 1 – Comércio da UE com os grupos/Estados da ALC e classificação dos parceiros comerciais da ALC em 2018⁸

Países/grupos sub-regionais da ALC	Comércio total da UE (exportações e importações) de mercadorias, valor em milhares de euros	Posição dos parceiros comerciais da ALC		
		EUA	China	UE
Comunidade Andina	28,0	1	2	3
América Central	12,1	1	3	2
Cariforum	9,1	1	3	2
Cuba	2,4	(posição mais baixa)	2	1
Mercosul	86,4	3	1	2
México	64,9	1	2	3
Chile	18,0	2	1	3

Fonte: EPRS/Eurostat; o Mercosul exclui os dados relativos à Venezuela. Dados extraídos em 3 de setembro de 2019.

⁶ [European Union and Latin America and the Caribbean: Investments for growth, social inclusion and environmental sustainability](#), Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL), outubro de 2012, p. 52.

⁷ [Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China](#). Oportunidades y desafíos, Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (CEPAL), novembro de 2016. [Fórum China-CELAC](#), Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, 2016. Nos últimos 10 anos, a concorrência entre as exportações da UE e da China para a América Latina intensificou-se (foram particularmente afetados setores-chave da UE, como as máquinas elétricas e os veículos rodoviários), o que indica que a China conseguiu avançar na cadeia de valor acrescentado. A. García-Herrero, T. Marbach e X. Jianwei, [European and Chinese Trade Competition in Third Markets: The Case of Latin America](#), Documento de trabalho, n.º 06, Bruegel, 7 de junho de 2018.

⁸ Os dados apresentados na presente publicação provêm sobretudo do Eurostat, sendo alguns deles também provenientes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da DG TRADE da Comissão Europeia (que publica regularmente resumos das estatísticas comerciais da UE, inclusive para grupos sub-regionais e países da ALC específicos). Esta publicação reporta-se principalmente aos dados do Eurostat, porque, em muitos casos, estes são os dados mais atualizados disponíveis. Tanto quanto possível, evitam-se as referências a ambas as fontes, nomeadamente quando existem discrepâncias entre os dados. Chama-se a atenção para o facto de os números relativos ao IDE apenas constituírem um resumo dos dados disponíveis; estes dados são atualizados periodicamente, sendo, portanto, sujeitos a alterações frequentes.

Como se pode ver no quadro 1, os EUA continuaram a ser o primeiro parceiro comercial da maioria dos grupos e países da ALC. No entanto, as mudanças na política comercial dos EUA – incluindo a retirada norte-americana da Parceria Transpacífica (PTP) (originalmente assinada com outros 11 países da bacia do Pacífico)⁹ e a renegociação do NAFTA¹⁰ – criaram incerteza na região. Esta situação também criou oportunidades para que a UE possa promover os seus interesses, nomeadamente no que diz respeito ao Mercosul, em relação ao qual a UE perdeu a sua posição de primeiro parceiro comercial de longa data para a China em 2017.

No contexto das mudanças geopolíticas e em matéria de políticas comerciais em curso na região, bem como dos recentes desenvolvimentos da política comercial e de investimento a nível mundial e da UE, a União prossegue três prioridades para a ALC, enunciadas na comunicação de 2015 sobre política comercial «Comércio para Todos».¹¹ Essas prioridades consistem em modernizar os dois pilares comerciais dos acordos celebrados anteriormente com o Chile e o México e finalizar as negociações de longa data com o Mercosul sobre um acordo de associação (alcançado em junho de 2019), para desbloquear o potencial comercial ainda por explorar na região.¹²

Uma vez que a estratégia «Comércio para Todos» visa também promover os valores da UE, têm sido sistematicamente incluídos nos acordos comerciais da UE capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável (CDS), desde o ACL UE-Coreia do Sul. O seguimento da aplicação efetiva e da excecutoriedade concreta dos compromissos neles assumidos tornou-se uma tarefa importante para o Parlamento Europeu. No entanto, as diferentes avaliações da aplicação dos capítulos sobre CDS incluídos nos atuais acordos comerciais da UE (Colômbia/Peru e América Central no que respeita à ALC) mostram que existe uma margem considerável de melhoria para além do que é enunciado no «documento informal» conexo da Comissão Europeia, de fevereiro de 2018.¹³

1.1. Os atuais acordos que regem as relações comerciais

A presente secção analisa os acordos plenos existentes entre a UE e os países e grupos sub-regionais da América Latina e Caraíbas que não se encontram em processo de modernização (para os novos acordos e os acordos atualmente em fase de modernização, ver [secção 1.2](#)). O acordo da UE com Cuba, embora não tão abrangente como alguns dos outros, também foi incluído, já que pode constituir um primeiro passo no sentido de um futuro acordo comercial.

⁹ A PTP foi objeto de reorganização, passando a denominar-se [Acordo Global e Progressivo de Parceria Transpacífico](#) CPTPP ou PTP-11. O acordo foi assinado em março de 2018 e [entrou em vigor](#) em dezembro de 2018 para os seis primeiros países: Canadá, Austrália, Japão, México, Nova Zelândia e Singapura.

¹⁰ Em 30 de novembro de 2018, foi assinado o novo Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC) para substituir o NAFTA. Para análises críticas, consultar o [Peterson Institute for International Economics](#) (PIIE).

¹¹ [Comércio para todos – Rumo a uma política mais responsável em matéria de comércio e de investimento](#), Comissão Europeia, 2015.

¹² Para uma atualização mensal das negociações em curso, consultar o [calendário do comboio legislativo](#) do EPRS sobre [comércio internacional](#).

¹³ [Feedback and way forward on improving the implementation and enforcement of Trade and Sustainable Development chapters in EU Free Trade Agreements](#), documento informal, Comissão Europeia, 26 de fevereiro de 2018. Ver, por exemplo, S. Lowe, [The EU should reconsider its approach to trade and sustainable development](#), Centre for European Reform, 31 de outubro de 2019.

1.1.1. UE-Comunidade Andina



O Pacto Andino foi criado em 1969 pelo Acordo de Cartagena e redenominado Comunidade Andina de Nações em 1996. Atualmente, é composto por quatro países: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.¹⁴ Em 1993, a UE e a Comunidade Andina celebraram um acordo-quadro de cooperação, que entrou em vigor em 1998. Em 1996, o diálogo político foi institucionalizado com a Declaração de Roma. Em 2003, foi assinado um acordo de diálogo político e cooperação, mas que ainda não entrou em vigor.

Em 2007, foram encetadas as negociações de um acordo de associação (AA) inter-regional, que contém um pilar de diálogo político, cooperação e comércio.¹⁵ No entanto, as conversações foram interrompidas em 2008, em parte devido à mudança do panorama político na Bolívia e no Equador com a chegada ao poder dos presidentes de esquerda Evo Morales na Bolívia, em 2006, e Rafael Correa no Equador, em 2007.¹⁶ Ambos os presidentes preferiram prosseguir a integração regional segundo o modelo da plataforma de integração regional Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), que também inclui Cuba e a Venezuela, do que resultou a definição de um novo formato de negociação.¹⁷ Continuaram as negociações bloco a bloco sobre o diálogo político e a cooperação, prosseguindo, simultaneamente, as negociações comerciais multilaterais sobre um formato Organização Mundial do Comércio Mais (OMC+)¹⁸ com os países da Comunidade Andina dispostos a nela participar, ou seja, a Colômbia, o Equador e o Peru.

Finalmente, em 2012, foi assinado um acordo comercial ambicioso e abrangente sobre a liberalização progressiva e recíproca apenas com a Colômbia e o Peru, que tinham assinado um ACL com os EUA em 2006. O acordo foi, portanto, estrategicamente importante para a UE poder assegurar um nível semelhante de acesso aos mercados destes dois parceiros comerciais. Tem sido aplicado a título provisório desde 2013 e prevê a liberalização total do comércio de produtos industriais e da pesca ao longo de 10 anos (sendo os direitos aduaneiros, na maioria, eliminados com a sua entrada em vigor) e um maior acesso ao mercado para os produtos agrícolas (85 % deverão ser liberalizados num prazo de 17 anos). O acordo também liberaliza os serviços e os contratos públicos, e contém disposições sobre os DPI, os direitos humanos e as normas laborais e

¹⁴ O Chile pertencia originalmente aos membros fundadores, mas retirou-se em 1976, sendo atualmente membro associado. A Venezuela aderiu à Comunidade Andina em 1973, mas saiu em 2006 num período conturbado na CAN devido a divergências de pontos de vista sobre liberalização e, de um modo mais geral, sobre a política de desenvolvimento, tornando-se membro pleno do Mercosul em 2012.

¹⁵ [SICE: Trade policy developments](#): Andean countries – EU, Organização dos Estados Americanos (OEA).

¹⁶ S. Ellner, «[Latin America's new left in power: the governments of Hugo Chavez, Evo Morales and Rafael Correa](#)», *Latin American Perspectives*, Vol. 39(1), janeiro de 2012, pp. 96-114.

¹⁷ [Peru, Colombia to negotiate bilateral deals with EU](#), Andina.com, 11 de novembro de 2008.

¹⁸ [Deep Provision in Regional Trade Agreements: How Multilateral Friendly?](#), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), fevereiro de 2015, p. 2.

ambientais.¹⁹ Da perspetiva dos países andinos, as concessões da UE sobre os direitos de importação de bananas foram cruciais.²⁰

A decisão do Equador de retomar as negociações com a UE em 2013 para aderir ao acordo comercial UE-Colômbia-Peru foi motivada pelo objetivo de garantir um melhor acesso ao mercado da UE.²¹ Após a revisão do sistema de preferências generalizadas (SPG) da UE,²² o Equador teria perdido a sua elegibilidade para o mesmo, passando, em vez disso, a estar sujeito a direitos a título de nação mais favorecida (NMF).²³ Em julho de 2014, a UE e o Equador chegaram a um acordo sobre o protocolo de adesão deste país ao acordo comercial UE-Colômbia-Peru. O protocolo de adesão foi assinado em novembro de 2016²⁴ e, em 1 de janeiro de 2017, o Equador aderiu formalmente ao acordo comercial.²⁵ Quanto à Bolívia, manteve o seu estatuto de beneficiário do SPG e tem a opção de aderir, no futuro, ao acordo comercial multilateral. O comércio da UE com a Bolívia ascendeu a 1,5 mil milhões de euros em 2018.²⁶

Em 2018, o comércio total de mercadorias da UE com os outros três membros da Comunidade Andina diminuiu 2,4 %, em parte devido a uma queda de 9 % nas exportações da Colômbia para a UE, relacionada com uma baixa dos preços internacionais dos produtos de base dos principais bens de exportação.²⁷ Além disso, as exportações não agrícolas da UE tanto para a Colômbia como para o Peru diminuíram, o que afetou especialmente o setor das máquinas e aparelhos mecânicos.²⁸ Desde 2013, tanto as exportações da UE para a Colômbia e o Peru como as importações para a UE provenientes destes países têm-se limitado a um grupo muito pequeno de Estados-Membros da UE.

¹⁹ [European Union: 'Trade Agreement' with Colombia and Peru](#), estudo encomendado pelo Departamento Temático de Políticas Externas, Parlamento Europeu, 20 de março de 2012.

²⁰ A UE concordou em reduzir gradualmente os direitos aduaneiros sobre as importações de bananas provenientes destes países para um direito preferencial até 1 de janeiro de 2020. Entre a entrada em vigor da parte comercial do acordo e 2020, aplica-se uma cláusula de salvaguarda para evitar aumentos maiores do que o previsto nas importações de bananas para a UE. Se o volume de importação de desencadeamento (VID) estabelecido por país for excedido, a UE pode regressar aos direitos de nação mais favorecida (NMF) por um período de três meses. Este regime é igualmente aplicável ao acordo de associação da UE com a América Central. G. Anania, [The implications for bananas of the recent trade agreements between the EU and Andean and Central American countries](#), Centro Internacional de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD), Policy Brief Number 5, setembro de 2010.

²¹ [Assessing the economic impact of the trade agreement between the European Union and Ecuador](#), Comissão Europeia, junho de 2016.

²² [Regulamento \(UE\) n.º 978/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais generalizadas e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 732/2008 do Conselho](#), que concede unilateralmente aos países em desenvolvimento um acesso preferencial ao mercado entre 2014 e 2023.

²³ [The EU's Generalised Scheme of Preferences \(GSP\)](#), Comissão Europeia, agosto de 2015.

²⁴ [O Equador adere ao acordo comercial entre a UE e a Colômbia e o Peru](#), Comissão Europeia, comunicado de imprensa, 11 de novembro de 2016.

²⁵ [União Europeia, Países e regiões, Comunidade Andina](#), DG Trade, Comissão Europeia.

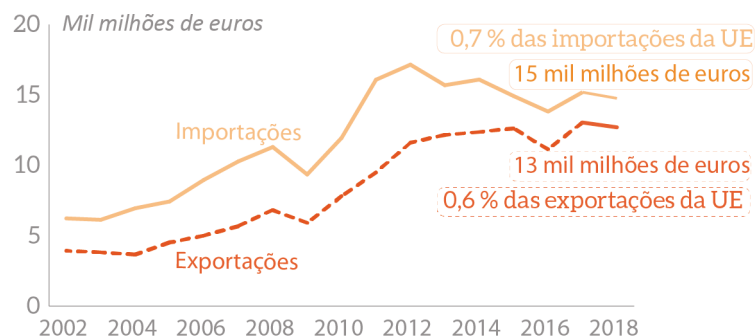
²⁶ [União Europeia, Comércio de mercadorias com a Bolívia](#), DG Trade, Comissão Europeia; [Ficha de dados estatísticos sobre o comércio agroalimentar: União Europeia – Bolívia](#), Comissão Europeia, 15 de março de 2019.

²⁷ Diminuição comunicada das exportações: carvão (-27 %), café (-12 %) e bananas (-9 %). [Informe sobre los acuerdos comerciales vigentes de Colombia](#), Ministro de Comercio, Industria y Turismo (MINCIT), 2019, p. 46. O relatório mostra que o excedente que a Colômbia registou com a UE em 2013 se converteu em défice (gráfico 21, p. 45), o mesmo tendo sucedido em relação aos EUA (quadro 2, p. 16). A forte diminuição das exportações colombianas de minerais para a UE desde 2013 não foi compensada pelo crescimento das exportações de outros artigos não minerais (gráfico 22, p. 48); Fichas de dados estatísticos sobre o comércio agroalimentar com a [Colômbia](#), o [Equador](#) e o [Peru](#), Comissão Europeia, 15 de março de 2019; [As observações](#) do setor industrial colombiano ao relatório de 2018 traçam um quadro sombrio do impacto global dos ACL da Colômbia na economia nacional; Ver também [TLC con la Unión Europea: 5 años de deterioro comercial](#), Observatório TLC, agosto de 2018.

²⁸ [Commission Staff Working Document. Individual reports and info sheets on implementation of EU Free Trade Agreements](#), SWD(2019) 370 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

O baixo grau de diversificação das exportações da Colômbia e do Peru para a UE continua em contraste com o elevado grau de diversificação das exportações da UE para esses países.²⁹ No entanto, o número de empresas exportadoras colombianas que participam no ACL com a UE aumentou de 1 606 em 2012 para 2 178 em 2018 (+35,6 %), em comparação com um aumento menor – de 3 102 para 3 653 empresas (+17,8 %) – para o seu ACL (2012) com os EUA.³⁰ O comércio de mercadorias com o Equador continuou a marcar uma tendência positiva para ambas as partes.

Figura 1 – Comércio de mercadorias da UE com a Comunidade Andina



Fonte: Eurostat

De acordo com o relatório da Comissão de 2019 sobre a aplicação dos ACL,³¹ em 2018 as taxas de utilização das preferências mantiveram-se elevadas para as importações da UE provenientes da Colômbia (98 %), do Equador (99 %) e do Peru (96 %), enquanto as das exportações da UE para a Colômbia (74 %), o Equador (68 %) e o Peru (56 %) foram significativamente mais baixas. As taxas de utilização muito divergentes dos contingentes pautais (CP) sugerem que ainda existe um potencial de crescimento por explorar. As questões pendentes em matéria de acesso ao mercado dizem respeito ao tratamento discriminatório das exportações da UE para a Comunidade Andina em vários setores, bem como a uma proibição de longa data das importações de bovinos e carne de bovino da UE com base em preocupações relacionadas com a BSE (encefalopatia espongiforme bovina).³² O relatório destaca os progressos na aplicação do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável graças a uma «parceria mais estreita» entre as partes e a uma «maior participação da sociedade civil»,³³ reconhecendo ao mesmo tempo os desafios que persistem em matéria de proteção dos trabalhadores e do ambiente.³⁴ Neste contexto, vale a pena relembrar as dimensões

²⁹ [Trade agreement between the European Union and Columbia and Peru – European Implementation Assessment](#), A. Zygierevicz: parte I, peritos externos; parte II, EPRS, julho de 2018.

³⁰ [Informe sobre los acuerdos comerciales vigentes de Colombia](#), op. cit., quadro 6, p. 22.

³¹ [Relatório da Comissão sobre a aplicação dos acordos de comércio livre. 1 de janeiro de 2018 - 31 de dezembro de 2018](#), COM(2019) 455 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

³² Para mais informações, consultar as entradas na base de dados de acesso ao mercado da UE relativas à [Colômbia](#), ao [Equador](#) e ao [Peru](#).

³³ [Ata da quinta reunião do Subcomité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável](#) de dezembro de 2018, Comissão Europeia.

³⁴ [Queixa contra o Governo peruano por incumprimento dos seus compromissos em matéria laboral e de ambiente decorrentes do Acordo Comercial entre o Peru e a União Europeia](#), Plataforma Europa Perú e organizações europeias da sociedade civil, 19 de outubro de 2017; [Repercussions in Colombia of the free trade agreement with three years of implementation](#), Transnational Institute and The International Office for Human Rights – Action Colombia (OIDHACO), setembro de 2016.

do trabalho infantil³⁵ e da desflorestação através da exploração madeireira ilegal no Peru.³⁶ No entanto, em 2018-2019, a ação de execução dos EUA em virtude das disposições muito específicas de seu ACL com o Peru resultou na revogação de uma decisão do Governo peruano que havia enfraquecido a independência do Organismo Peruano de Supervisão dos Recursos Florestais e de Fauna Selvagem (Osinfor), e numa exclusão do mercado norte-americano do segundo exportador peruano de madeira extraída ilegalmente.³⁷ Segundo as informações disponíveis, o Equador fez progressos no sentido de travar a desflorestação e prossegue uma abordagem de certificação para o seu setor de óleo de palma.³⁸

Num estudo do EPRS de 2018, peritos externos que avaliaram a aplicação do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável exprimiram as suas preocupações quanto a «uma tendência para uma flexibilização crescente das normas e regras ambientais» no Peru, o que pode estar em contradição com a cláusula de não regressão do capítulo, que proíbe o recuo nas normas ambientais para atrair comércio e IDE.³⁹ Lamentam que o capítulo sobre CDS não condicione os benefícios comerciais ao cumprimento das normas em matéria de ambiente, trabalho e direitos humanos, como o faz o SPG+ (para acesso ao mercado concedido unilateralmente pela UE).⁴⁰ Em relação aos direitos humanos, um estudo do EPRS de 2019 sobre a Colômbia afirma que «sem mecanismos vinculativos para garantir a sua proteção, correm o risco de serem reduzidos a meros princípios declarativos».⁴¹

Na sua resolução sobre a aplicação do Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia e o Peru, o PE solicita que sejam tomadas mais medidas para apoiar a diversificação das exportações dos três países para a UE. Salienta que poderiam ser utilizados pontos de contacto e um sítio Web

³⁵ A. Vale, [Breaking the Cycle of Child Labor in Peru](#), 28 de junho de 2018. Os dados da UNESCO para 2018 [mostram](#) que 21,8 % das crianças peruanas com idades entre os 5 e os 14 anos (cerca de 1,3 milhões) trabalham, das quais 63,8 % na agricultura. O valor correspondente para o mesmo ano é de [3,9 %](#) (cerca de 332 000 crianças) na Colômbia, e de [4,9 %](#) (cerca de 170 000 crianças) no Equador.

³⁶ [Authorized to Steal](#): Organized Crime Networks Launder Illegal Timber from the Peruvian Amazon, Centro de Direito Ambiental Internacional, junho de 2019; [Weakening environmental protection in Colombia](#), Social Watch, setembro de 2018; [Deforestation impacts 4 protected areas in the Colombian Amazon](#), Monitoring of the Andean Amazon Project, agosto de 2019.

³⁷ [Alert: The Peruvian Government backs down in the fight against illegal logging](#), Agência de Investigação sobre o Ambiente, dezembro de 2018; [Peru: Report reveals high rates of illegality in timber extraction](#), Mongabay.com, 14 de fevereiro de 2019. [Peru corrects course in fight against illegal logging](#), Centro de Direito Ambiental Internacional, abril de 2019; [USTR Announces Enforcement Action to Block Illegal Timber Imports from Peru](#), Gabinete do Representante dos Estados Unidos para o Comércio, julho de 2019.

³⁸ [Ecuador receives US\\$ 18.5 million for having reduced its deforestation](#), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, julho de 2019; [The Chain: Ecuador's Palm Oil Exports May Expose International Firms to Deforestation Risks](#), Chainreactionresearch, agosto de 2019.

³⁹ [Trade agreement between the European Union and Columbia and Peru](#), op. cit., p. 27.

⁴⁰ «O acordo estabelece regulamentações ambientais mínimas em comparação com o Sistema de Preferências Generalizadas (SPG+), devido à ausência de obrigatoriedade de cumprimento dos acordos ambientais. Pelo contrário, o SPG+ condiciona a vigência dos benefícios comerciais ao cumprimento das normas em matéria de ambiente, trabalho e direitos humanos, o que significa que o ACL representa um retrocesso em matéria ambiental (...). Nesta linha, as evidências mostram que a ânsia de atrair investimentos para setores estratégicos do país fez com que os controlos ambientais se tenham tornado mais laxistas, assim como as principais regulamentações nesta matéria.» [Trade agreement between the European Union and Columbia and Peru](#), op. cit., p. 72.

⁴¹ «Apesar da participação constante da UE através dos mecanismos de consulta previstos no acordo comercial UE-Colômbia, os dados mostram que os efeitos sociais do acordo foram limitados. Um dos principais obstáculos à obtenção de resultados mais positivos tem sido o facto de os mecanismos para garantir a proteção dos direitos humanos (isto é, o diálogo no âmbito do título "comércio e desenvolvimento sustentável") não serem vinculativos, o que significa que os debates e os compromissos assumidos correm o risco de terem um caráter meramente declarativo.» I. Ioannides, [Peace and Security in 2019. Evaluating EU efforts to support peace in Colombia](#), estudo, EPRS, Parlamento Europeu, maio de 2019, p. 27.

especializado para permitir às PME aumentar as suas taxas de utilização das preferências previstas no acordo.⁴² Apoia a criação de um grupo de trabalho para analisar as questões regulamentares relacionadas com os serviços e o comércio eletrónico. Além disso, sugere que se recorra à cláusula de revisão do acordo para incluir capítulos sobre as PME, o comércio e a igualdade de género, a luta contra a corrupção, bem como um «mecanismo adequado de resolução de litígios para o capítulo relativo ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros métodos de aplicação, a possibilidade de impor sanções dissuasivas como último recurso em caso de violações graves e persistentes».⁴³

Entretanto, a Comissão lançou uma avaliação externa *ex post* sobre os cinco anos de aplicação do acordo; centrada na Colômbia e no Peru, esta avaliação deverá estar concluída no segundo semestre de 2020.⁴⁴

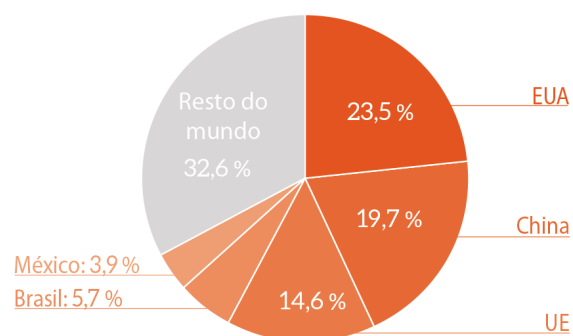
⁴² [Resolução](#), de 16 de janeiro de 2019, sobre a aplicação do Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia e o Peru, Parlamento Europeu, relator: Santiago Fisas Ayxelà (PPE, Espanha).

⁴³ Para uma discussão sobre as diferentes abordagens das cláusulas laborais nos ACL da Colômbia com o Canadá, a UE e os EUA, ver E. Schmieg, [Labour Clauses for Sustainability?](#), Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança, abril de 2018.

⁴⁴ Ex post evaluation on the implementation of the EU-Colombia/Ecuador/Peru Trade Agreement. [Evaluation Roadmap](#), Comissão Europeia, 26 de fevereiro de 2019.

Figura 2 – Comunidade Andina: 5 principais parceiros comerciais

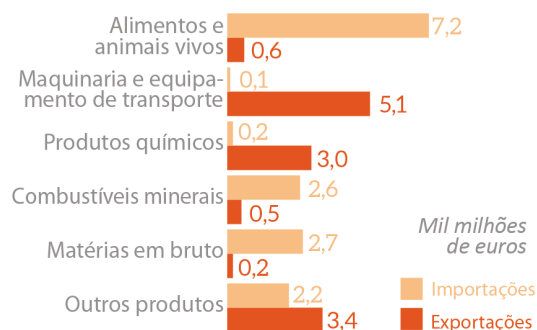
Comércio de mercadorias (exportações mais importações, 2018)



Fonte: FMI.

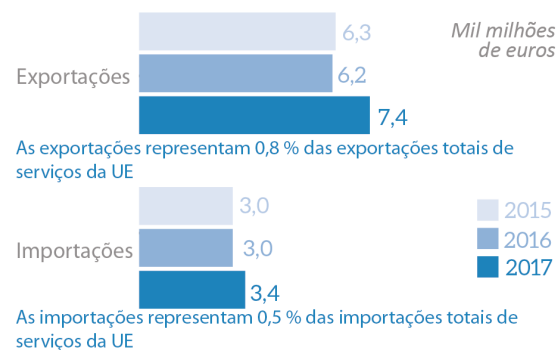
Figura 3 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com a Comunidade Andina (2018)



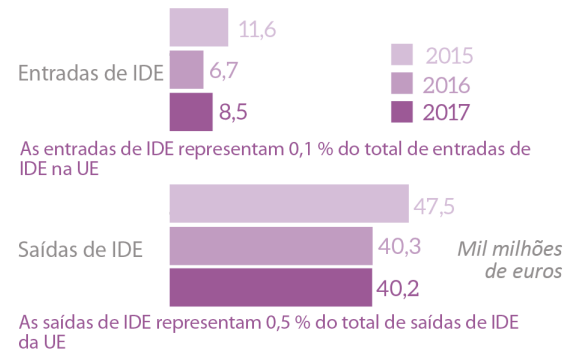
Fonte: Eurostat.

Figura 4 – Comércio de mercadorias da UE com a Comunidade Andina



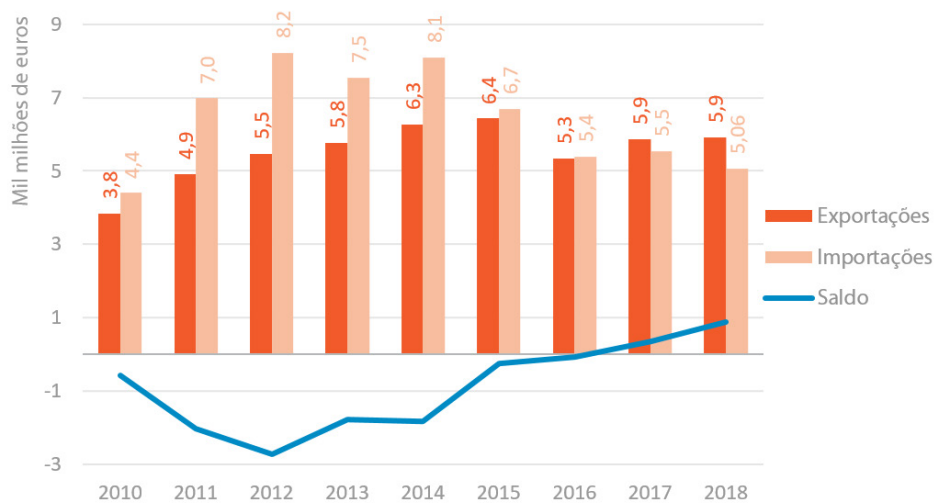
Fonte: Eurostat.

Figura 5 – Stocks de IDE da UE com a Comunidade Andina



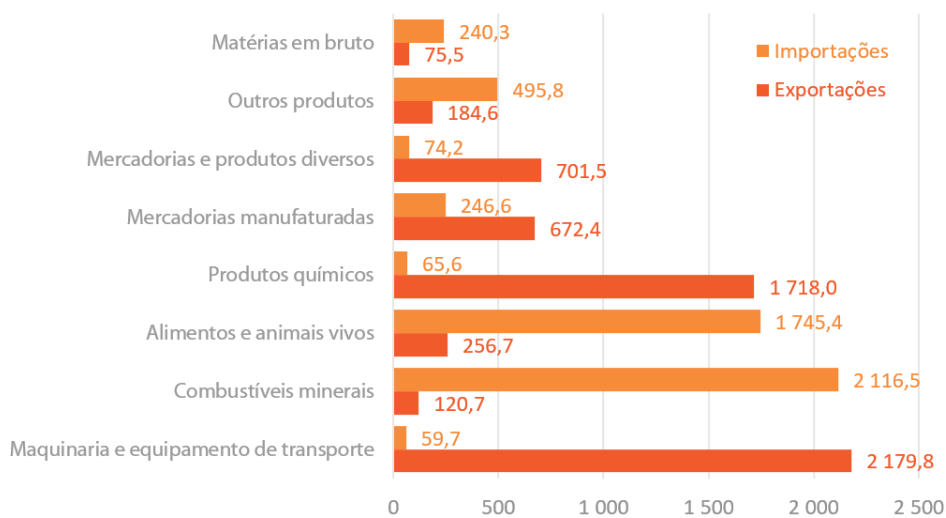
Fonte: Eurostat.

Figura 6 – Comércio de mercadorias da UE com a Colômbia (2010-2018)



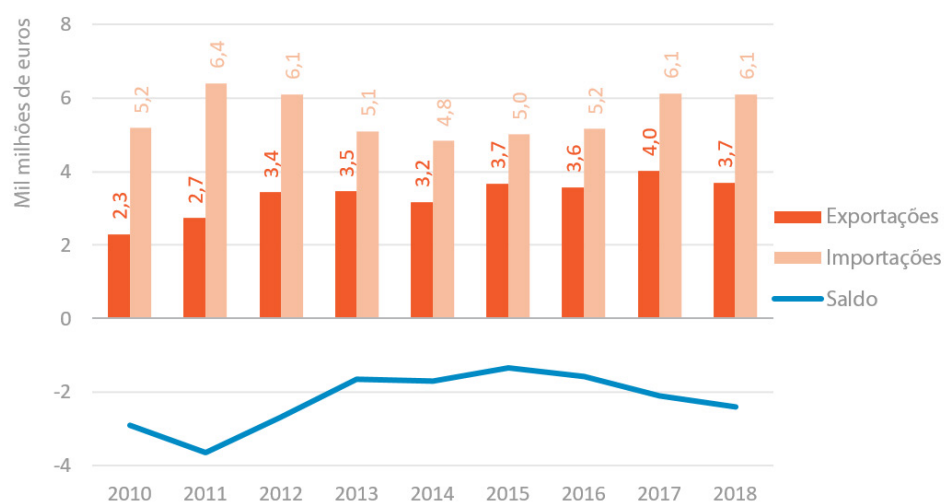
Fonte: Eurostat.

Figura 7 – Comércio da UE com a Colômbia: principais produtos (2018, milhões de euros)



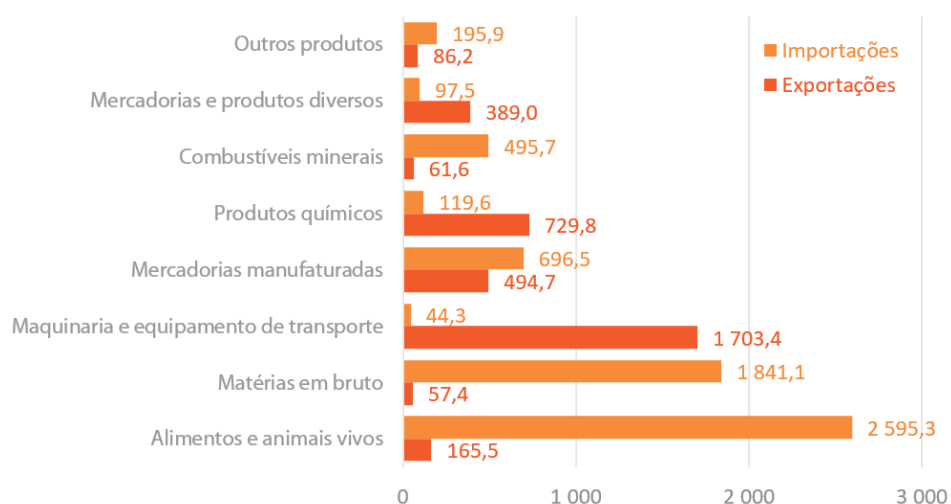
Fonte: Eurostat.

Figura 8 – Comércio de mercadorias da UE com o Peru (2010-2018)



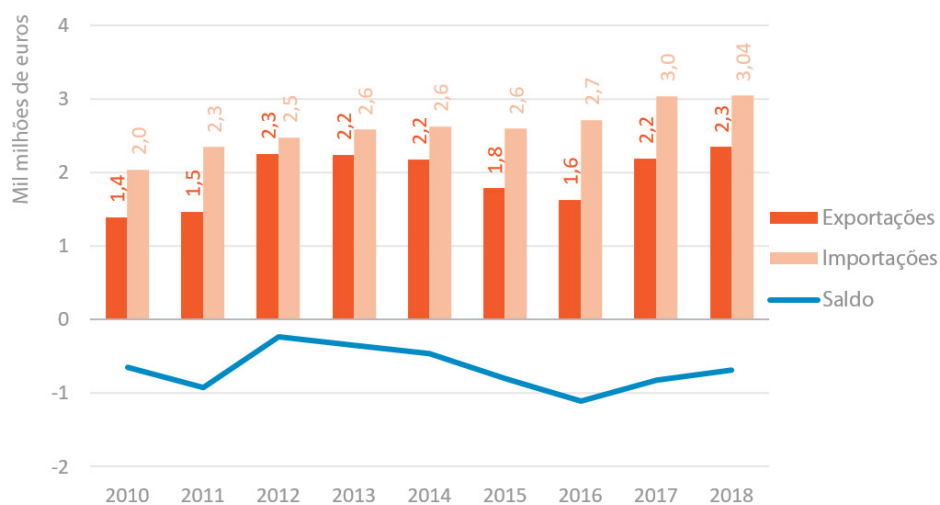
Fonte: Eurostat.

Figura 9 – Comércio da UE com o Peru: principais produtos (2018, milhões de euros)



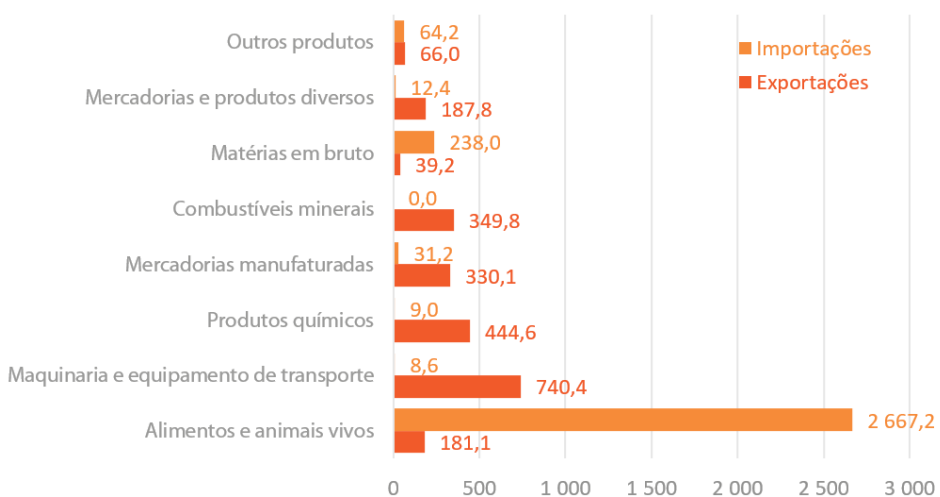
Fonte: Eurostat.

Figura 10 – Comércio de mercadorias da UE com o Equador (2010-2018)



Fonte: Eurostat.

Figura 11 – Comércio da UE com o Equador: principais produtos (2018, milhões de euros)



Fonte: Eurostat.

1.1.2. UE-América Central



O grupo da América Central é composto por seis países: Costa Rica, Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. As relações estreitas entre a UE e a América Central têm as suas raízes na década de 1980, quando a UE apoiou o bem-sucedido processo de paz na região no âmbito do Diálogo de San José. Em 1993, a UE celebrou o Acordo-Quadro de Cooperação UE-América Central, em vigor desde 1998.⁴⁵ Em 2003, as partes assinaram o Acordo de Diálogo Político e Cooperação UE-América Central, que entrou em vigor em 2014.

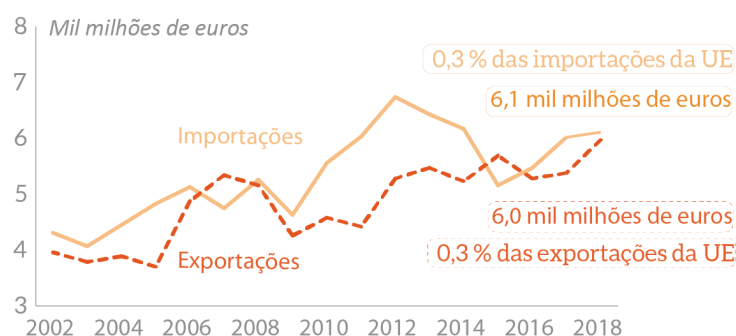
Em 2007, iniciaram-se as negociações sobre um acordo de associação inter-regional, as quais ficaram concluídas em 2010. O primeiro acordo inter-regional da UE na América Latina foi assinado em junho de 2012 e compreende três pilares: diálogo político, cooperação e comércio.

Enquanto se aguarda a ratificação do acordo, as disposições comerciais têm sido aplicadas a título provisório desde 2013.⁴⁶ O pilar comercial do acordo de associação (AA) substitui o acesso preferencial unilateral ao seu mercado, concedido à América Central no quadro do SPG da UE.

O AA foi concebido para eliminar a maioria dos direitos aduaneiros aplicáveis aos produtos manufaturados e da pesca mediante uma liberalização completa no final do período de eliminação dos direitos aduaneiros, para a maioria dos produtos no prazo de 10 anos e para apenas um pequeno número de produtos (4 %) após 15 anos.⁴⁷ Com a entrada em vigor do acordo, os países da América Central deveriam liberalizar 68 % do seu comércio atual com a UE. O acordo foi considerado como um meio quer para a diversificação das exportações da América Central quer para a sua integração regional. Além disso, o acordo contém disposições da OMC+ sobre, nomeadamente, os serviços, as medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF), os obstáculos técnicos ao comércio (OTC), as indicações geográficas (IG) e os contratos públicos. Um capítulo ambicioso sobre comércio e desenvolvimento sustentável exige o cumprimento de uma lista de convenções fundamentais da OIT em matéria de trabalho e de acordos ambientais multilaterais (AAM).

Em 2018, o comércio global da UE com a América Central aumentou moderadamente, tendo as exportações não agrícolas da UE crescido 11 %.⁴⁸ As exportações de

Figura 12 – Comércio de mercadorias da UE com a América Central



Fonte: Eurostat.

⁴⁵ [SICE: Trade policy developments: Central America-European Union](#), Sistema de Informação sobre Comércio Exterior, OEA.

⁴⁶ [Países e regiões, América Central](#), Comissão Europeia. Em novembro de 2019, a Bélgica e a Grécia [ainda não tinham ratificado](#) o acordo.

⁴⁷ [EU-Central America: Trade relations under the Association Agreement](#), Comissão Europeia, 2012.

⁴⁸ [Relatório da Comissão sobre a aplicação dos acordos de comércio livre. 1 de janeiro de 2018 - 31 de dezembro de 2018](#), COM(2019) 455 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

bananas da América Central para a UE – o seu principal produto de base para exportação, que está sujeito a um mecanismo de estabilização até ao final de 2019 – não excederam, coletivamente, o limiar do mecanismo de monitorização, embora a Guatemala e a Nicarágua o tenham feito individualmente. As taxas de utilização das preferências dos exportadores da América Central variaram entre 82 % e 96 %, enquanto as dos exportadores da UE variaram entre 33 % e 59 %. Os contingentes pautais foram, em média, largamente subutilizados (33 % para a América Central e 26 % para a UE).⁴⁹ A 4.ª reunião do Comité de Comércio e Desenvolvimento Sustentável UE-América Central teve lugar em junho de 2018 e a 5.ª reunião conjunta dos grupos consultivos da sociedade civil e do Fórum de Diálogo da Sociedade Civil UE-América Central teve lugar em junho de 2019.⁵⁰ Uma avaliação *ex post* de 2018 do EPRS sobre a execução do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável analisa as críticas formuladas e define opções para melhorar a sua aplicabilidade no futuro.⁵¹

Na sua resolução sobre o relatório de execução do pilar do comércio do Acordo de Associação (AA) com a América Central, o PE sugere que, numa futura revisão do acordo, sejam incluídos capítulos sobre as PME e a igualdade de género. No que respeita a um mecanismo de execução eficaz para o capítulo relativo ao comércio e ao desenvolvimento sustentável, solicita o estabelecimento de um «mecanismo de resolução de litígios adequado e eficaz, incluindo, entre vários métodos de execução, ponderar a imposição de sanções, como medida dissuasiva a utilizar em último recurso, em caso de infrações graves.»⁵² A Comissão Europeia lançou uma avaliação *ex post* do pilar do comércio do AA, prevista para o último trimestre de 2020 ou o primeiro trimestre de 2021.⁵³

⁴⁹ [Commission Staff Working Document. Individual reports and info sheets on implementation of EU Free Trade Agreements](#), SWD(2019) 370 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

⁵⁰ [Report](#) to the Civil Society Forum of the Fourth Meeting of the Board of Trade and Sustainable Development Association Agreement Between Central America and the European Union, 13 de junho de 2018. [Joint declaration](#) of the 5th EU-Central America joint meeting of civil society Advisory Groups and Civil Society Dialogue Forum, 24 de junho de 2019.

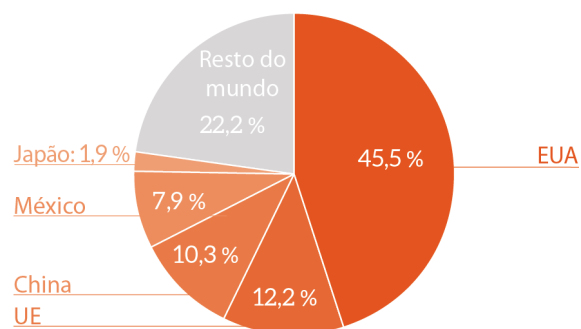
⁵¹ I. Ioannides, [The Trade Pillar in the EU-Central America Association Agreement](#), European Implementation Assessment, EPRS, Parlamento Europeu, outubro de 2018.

⁵² [Resolução](#) do Parlamento Europeu, de 16 de janeiro de 2019, sobre a execução do pilar do comércio do Acordo de Associação (AA) com a América Central, relator Reimer Böge (PPE, Alemanha).

⁵³ [Avaliação do Acordo de Associação UE-América Central](#), Comissão Europeia, 13 de maio de 2019.

Figura 13 – América Central: 5 principais parceiros comerciais

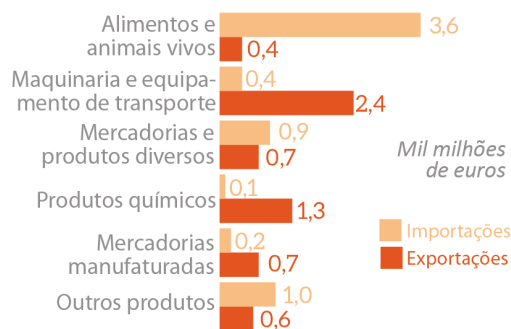
Comércio de mercadorias (exportações mais importações) (2018)



Fonte: FMI.

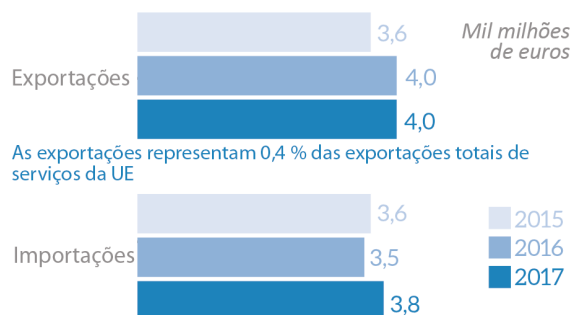
Figura 14 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com a América Central (2018)



Fonte: Eurostat.

Figura 15 – Comércio de serviços da UE com a América Central

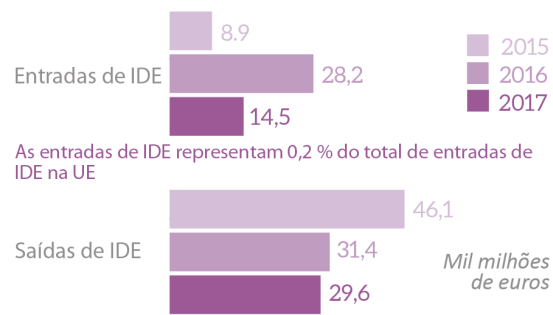


As exportações representam 0,4 % das exportações totais de serviços da UE

As importações representam 0,5 % das importações totais de serviços da UE

Fonte: Eurostat.

Figura 16 – Stocks de IDE da UE com a América Central

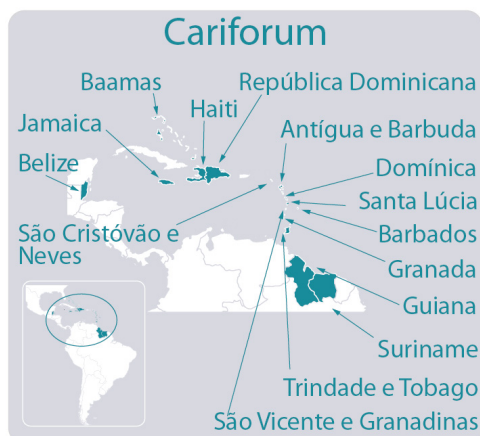


As entradas de IDE representam 0,2 % do total de entradas de IDE na UE

As saídas de IDE representam 0,4 % do total de saídas de IDE da UE

Fonte: Eurostat.

1.1.3. UE-Cariforum

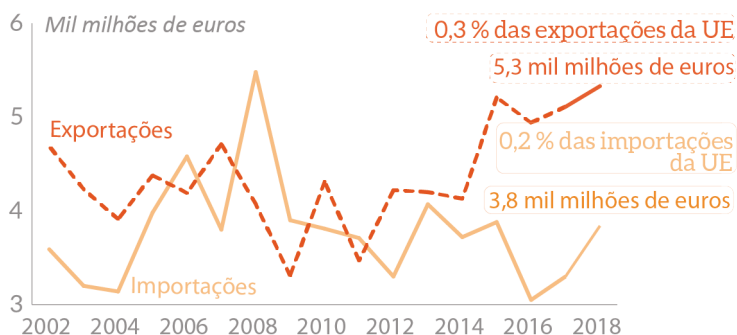


As relações da UE com os países das Caraíbas foram inicialmente organizadas no quadro do Grupo dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), atualmente regido pelo Acordo de Cotonu de 2000. Os países das Caraíbas são países pequenos, de rendimento médio, com exceção do Haiti, sendo na sua maioria ilhas,⁵⁴ e representam apenas uma pequena parte do comércio da UE. No entanto, as Caraíbas são importantes para a UE no plano geopolítico, uma vez que os países e territórios ultramarinos britânicos, holandeses e franceses fazem parte da sua vizinhança imediata.

A primeira contraparte regional da UE nas Caraíbas foi a Comunidade das Caraíbas (Caricom), criada em 1973. Em 1992, foi criado o Fórum dos Estados ACP das Caraíbas (Cariforum), englobando a Caricom e a República Dominicana, que posteriormente se tornou o parceiro de diálogo da UE.

As negociações sobre um Acordo de Parceria Económica (APE) UE-Cariforum⁵⁵ iniciaram-se em 2004. O acordo entrou em vigor em 2008.⁵⁶ Um dos principais objetivos do APE UE-Cariforum foi substituir as preferências comerciais não recíprocas da UE e introduzir o princípio da reciprocidade nas relações comerciais da UE com os países ACP.⁵⁷ A liberalização do mercado entre a UE e os países das Caraíbas é assimétrica, de modo a ter em conta os diferentes níveis de desenvolvimento económico dos parceiros. Por conseguinte, foi acordado um período de transição longo, de 25 anos, para permitir ampliar a atual liberalização do mercado de modo que os 51 % das importações das Caraíbas provenientes da UE acabem por atingir os 86,9 %. A UE concede aos países das Caraíbas um acesso livre e total ao mercado. No entanto, os produtos agrícolas e da pesca e uma série de produtos industriais estão excluídos do livre acesso ao mercado.⁵⁸ O APE UE-Cariforum visa também fomentar o desenvolvimento

Figura 17 – Comércio de mercadorias da UE com o Cariforum



Fonte: Eurostat.

⁵⁴ Cuba é o único país das Caraíbas que não assinou o Acordo de Cotonu.

⁵⁵ Os APE são os principais instrumentos de promoção do comércio entre a UE e as regiões de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) no âmbito do Acordo de Cotonu de 2000. Estes acordos constituem elementos-chave das relações comerciais UE-ACP, concebidos tendo em vista a sua compatibilidade com as regras da OMC, e deverão substituir progressivamente o regime de comércio preferencial da UE. [Fichas temáticas sobre a União Europeia. Regimes comerciais aplicáveis aos países em desenvolvimento](#), União Europeia.

⁵⁶ Embora faça parte do Cariforum, Cuba não é signatária do APE UE-Cariforum.

⁵⁷ E. Schmieg, [Trade and Investment Agreements for Sustainable Development? Lessons from the EU's Economic Partnership Agreement with the Caribbean](#), Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança, julho de 2015.

⁵⁸ [Cariforum–EU Economic Partnership Agreement: An overview](#). Documento informativo, Comissão Europeia, julho de 2008.

sustentável, promover a integração inter-regional e ligar a política comercial aos instrumentos de desenvolvimento. Integra disposições sobre o desenvolvimento sustentável, como compromissos sobre o diálogo social e ambiental, uma obrigação de não enfraquecer as normas em matéria de ambiente, trabalho e outras normas sociais («cláusula de não regressão») de modo a atrair IDE e uma disposição de monitorização. No entanto, não inclui um capítulo separado sobre comércio e desenvolvimento sustentável.

Em 2018, o comércio de mercadorias entre a UE e o Cariforum cresceu 7 %, para 9,1 mil milhões de euros, sendo as importações da UE de óleos minerais e produtos químicos provenientes do Cariforum os principais impulsionadores desta tendência positiva, enquanto as importações para a UE de alguns produtos agrícolas como o açúcar e as bananas diminuíram. Embora esteja em vigor há mais de 10 anos, o APE não permitiu aos países do Cariforum diversificar as suas exportações para a UE, uma vez que estas continuam concentradas em muito poucos produtos de base. Em 2018, a taxa média de utilização das preferências dos países do Cariforum caiu para 86 %.⁵⁹

Em conformidade com o artigo 5.º do APE UE-Cariforum, foi realizada uma primeira revisão quinquenal da aplicação do APE em 2014 referente ao período de 2008 a 2013.⁶⁰ A revisão estabeleceu que, embora a componente de ajuda ao comércio do APE UE-Cariforum para apoiar a aplicação do acordo tenha tido um impacto positivo, ainda havia margem para melhoria no que diz respeito, nomeadamente, às instituições conjuntas do APE e à difusão de informação sobre o acordo. Após dez anos de funcionamento do APE, a Comissão Europeia lançou, em fevereiro de 2019, uma avaliação externa *ex post* do nível de aplicação durante o período de 2013 a 2018 e do impacto no desenvolvimento sustentável, que será integrada na revisão conjunta UE-Cariforum do APE, prevista para 2020.⁶¹

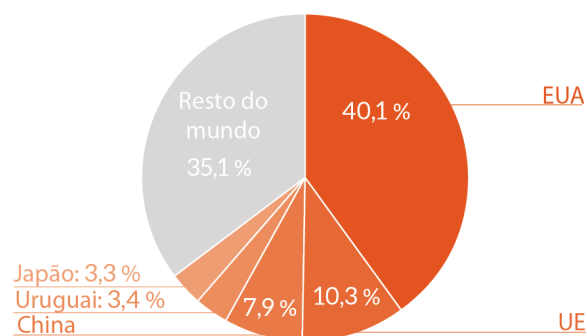
⁵⁹ [Relatório da Comissão sobre a aplicação dos acordos de comércio livre. 1 de janeiro de 2018 - 31 de dezembro de 2018](#), COM(2019) 455 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

⁶⁰ R. H. Singh *et al*, [Monitoring the implementation and results of the Cariforum–EU EPA Agreement](#), setembro de 2014.

⁶¹ [Evaluation of the CARIFORUM Economic Partnership Agreement](#), Comissão Europeia, 19 de julho de 2018. [Ex-post evaluation of the EPA between the EU and its Member States and the CARIFORUM Member States](#), relatório inicial, Ecorys, junho de 2019.

Figura 18 – Cariforum: 5 principais parceiros comerciais

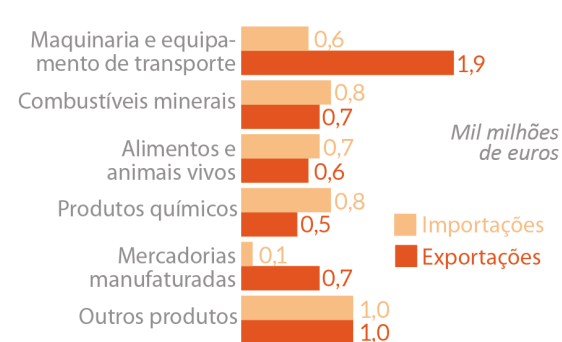
Comércio de mercadorias (exportações mais importações) (2018)



Fonte: FMI.

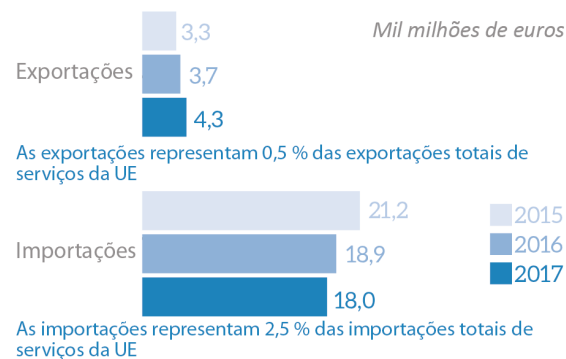
Figura 19 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com o Cariforum (2018)



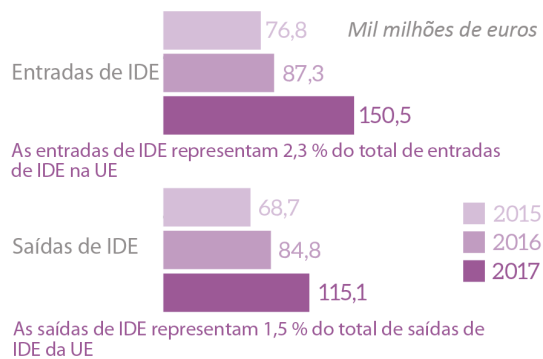
Fonte: Eurostat.

Figura 20 – Comércio de serviços da UE com o Cariforum



Fonte: Eurostat.

Figura 21 – Stocks de IDE da UE com o Cariforum



Fonte: Eurostat.

1.1.4. UE-Cuba



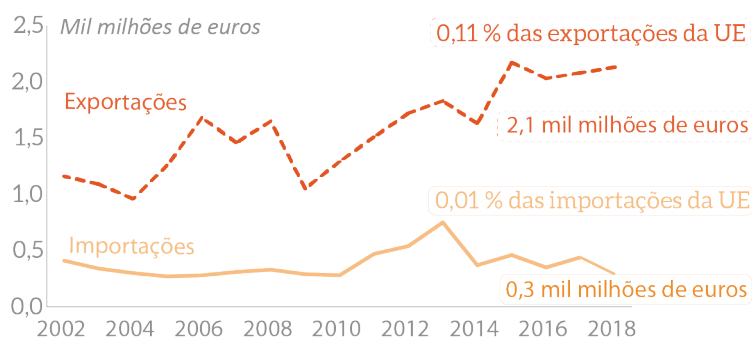
Até novembro de 2017, as relações UE-Cuba eram regidas pela Posição Comum de 2 de dezembro de 1996, que subordinava a plena cooperação com Cuba aos progressos em matéria de direitos humanos e liberdades políticas, mas não excluía a cooperação económica.⁶² Em julho de 2017, o Parlamento Europeu deu a sua aprovação à conclusão do Acordo de Diálogo Político e de Cooperação (ADPC) UE-Cuba, assinado em dezembro de 2016.⁶³

Sendo o ADPC um acordo misto, a maioria das suas componentes tem sido aplicada a título provisório desde novembro de 2017, até à sua ratificação por todos os Estados Membros.⁶⁴ Uma segunda reunião do Conselho Conjunto UE-Cuba teve lugar em 9 de setembro de 2019.⁶⁵

O ADPC proporciona um quadro jurídico e institucional inicial para normalizar os laços UE-Cuba e pode constituir um primeiro passo para um acordo comercial mais ambicioso no futuro.⁶⁶

A parte IV do ADPC contém disposições sobre comércio e cooperação comercial que codificam os princípios gerais da OMC, como o princípio da NMF, e os princípios de tratamento nacional para o comércio UE-Cuba. O tratamento NMF está excluído da aplicação a países terceiros através de acordos preferenciais celebrados entre Cuba e países terceiros. Além disso, o ADPC inclui disposições sobre facilitação do comércio e cooperação em domínios como os obstáculos técnicos ao comércio e as normas, com vista a melhorar as perspetivas de relações económicas mais profundas. Inclui ainda uma cláusula que prevê o desenvolvimento futuro de um quadro mais sólido para o investimento.⁶⁷ O primeiro ano do ADPC ainda não marcou uma diferença em termos dos fluxos do comércio de mercadorias.

Figura 22 – Comércio de mercadorias da UE com Cuba



Fonte: Eurostat.

⁶² [Posição Comum](#), de 2 de dezembro de 1996, definida pelo Conselho com base no artigo J.2 do Tratado da União Europeia, sobre Cuba, 96/697/PESC.

⁶³ E. Gómez Ramírez, [EU-Cuba Political Dialogue and Cooperation Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, junho de 2017; G. Grieger, [EU-Cuba Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, julho de 2017.

⁶⁴ J. Tvevad, [EU-Cuba relations: a new chapter begins](#), Departamento Temático de Políticas Externas, Parlamento Europeu, 11 de julho de 2017. [EU-Cuba relations, factsheet](#), Serviço Europeu para a Ação Externa, 7 de maio de 2018.

⁶⁵ [Conselho Conjunto UE-Cuba](#), Conselho da União Europeia, 9 de setembro de 2019.

⁶⁶ Em 2018, o comércio total de mercadorias entre a UE e Cuba ascendeu a 2,4 mil milhões de euros, tendo os produtos exportados pela UE atingido o valor de 2,1 mil milhões de euros e os produtos importados o valor de 0,3 mil milhões de euros. [Trade with Cuba](#), Comissão Europeia, 3 de junho de 2019. [Agri-food trade statistical factsheet for Cuba](#), Comissão Europeia, 15 de março de 2019.

⁶⁷ [Acordo de Diálogo Político e de Cooperação UE-Cuba, 12504/16, 25 de novembro de 2016](#). Para mais informações, ver também: E. Schmieg, [Cuba 'updates' its economic model. Perspectives for cooperation with the European Union](#), Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança, abril de 2017.

1.2. Negociações em curso sobre os acordos que regem as relações comerciais

A presente secção analisa as negociações comerciais em curso entre a UE e os países da América Latina e os grupos sub-regionais. Estas negociações abrangem tanto os «novos» acordos (UE-Mercosul) como as modernizações dos acordos plenos existentes (UE-México e UE-Chile).

1.2.1. Negociações do pilar comercial do novo Acordo de Associação UE-Mercosul



O Mercosul, o «mercado comum do sul», foi fundado em 1991, quando a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram o Tratado de Assunção. Em 2012, a Venezuela aderiu formalmente ao Mercosul como quinto membro, mas em dezembro de 2016 o país foi suspenso temporariamente por não ter transposto as regras do Mercosul para a legislação venezuelana.⁶⁸ Em agosto de 2017, a suspensão foi prolongada por tempo indeterminado, com base na cláusula democrática do Mercosul, até que a democracia seja restabelecida na Venezuela. A Bolívia, um dos cinco membros associados do Mercosul (juntamente com o Chile, a Colômbia, o Equador, o Peru e o Suriname), está em processo de adesão ao bloco, encontrando-se o seu protocolo de adesão pendente de ratificação por todos os parlamentos do Mercosul.⁶⁹

Com um produto interno bruto (PIB) combinado de quase 2,5 biliões de dólares americanos em 2018, o Mercosul é o maior mercado da América Latina e das Caraíbas.⁷⁰ Existem assimetrias consideráveis entre os países do Mercosul, fruto das grandes diferenças em termos de dimensão e estrutura das suas economias. Enquanto a Argentina e o Brasil têm uma participação comparativamente baixa no comércio mundial, refletida no seu baixo rácio comércio/PIB, o Paraguai e o Uruguai – dada a pequena dimensão dos seus mercados – têm sido mais dependentes do comércio internacional e regional.⁷¹ Após um crescimento significativo do comércio no seio do Mercosul, enquanto a dinâmica inicial de integração se desenvolvia, os fluxos comerciais, porém, desaceleraram em virtude da crise financeira nos grandes membros do Mercosul e do enfraquecimento do seu poder de compra. Desde meados da década de 2000, novos atores externos como a China têm importado grandes volumes de produtos de base dos países do Mercosul, tendo progressivamente absorvido a quota de mercado dos parceiros comerciais tradicionais do Mercosul. Os países do Mercosul colheram os benefícios do ciclo de expansão dos produtos de base, mas, ao mesmo tempo, ficaram mais expostos à flutuação dos preços mundiais destes produtos e ao risco de desindustrialização.⁷²

⁶⁸ [Le Venezuela qualifie de « coup d'Etat » sa suspension du Mercosur](#), *Le Monde*, 2 de dezembro de 2016; [Venezuela suspended indefinitely: 'Without democracy, you can't be part of Mercosur'](#), MercoPress, 6 de agosto de 2017.

⁶⁹ [Bolivia, a un paso de ingresar al MERCOSUR](#), Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento, 2018.

⁷⁰ [Base de dados do Banco Mundial](#).

⁷¹ [Non-Tariff Measures in Mercosur: Deepening Regional Integration and Looking Beyond](#), CNUCED, maio de 2017.

⁷² C. Felter e D. Renwick, [Mercosur: South America's Fractious Trade Bloc](#), Conselho das Relações Externas, 5 de outubro de 2016.

Embora os países do Mercosul se tenham inspirado no modelo de integração supranacional da UE, a estrutura institucional do Mercosul permaneceu bastante fraca, sendo as decisões tomadas a nível intergovernamental por consenso, uma vez que os Estados membros não estão dispostos a ceder a soberania a órgãos supranacionais.⁷³ De acordo com o artigo 1.º do tratado fundador do Mercosul, o objetivo é criar um mercado comum,⁷⁴ mas o bloco ainda está longe de atingir esse objetivo. Estabeleceu-se uma união aduaneira com uma pauta externa comum (PEC) como um primeiro passo para um mercado comum, embora as indústrias automóvel e do açúcar não estivessem nela incluídas. A PEC não tem sido aplicada de forma consistente, pois, frequentemente, as políticas de proteção das indústrias nacionais prevalecem sobre o processo de integração do Mercosul.⁷⁵ Embora os países do Mercosul não tenham conseguido implementar o seu programa de harmonização total, nomeadamente em matéria de política da concorrência e de regulamentações técnicas,⁷⁶ em 2019 foi evidenciada uma considerável vontade política de relançar a dinâmica de integração.⁷⁷ No entanto, devido à falta de consenso e à Decisão 32/00 de 2000 do Mercosul, que impede os seus membros de negociar e celebrar individualmente acordos comerciais, incluindo a liberalização pautal com países terceiros, o bloco apenas celebrou alguns acordos comerciais preferenciais e ACL com economias pequenas.⁷⁸

Na ausência de um acordo comercial preferencial, as relações comerciais UE-Mercosul baseiam-se atualmente, em grande medida, nos direitos NMF, uma vez que todos os países do Mercosul perderam a sua elegibilidade para o acesso preferencial unilateral ao mercado da UE no âmbito do SPG da UE⁷⁹ ou do SPG+. Além dos elevados picos pautais para os produtos agrícolas e industriais sensíveis de cada uma das partes, existem obstáculos não pautais importantes que deixam por explorar um potencial de crescimento comercial considerável.⁸⁰

Em 2018, o comércio de mercadorias UE-Mercosul aumentou para 86,4 mil milhões de euros (contra 85 mil milhões de euros em 2017). Esta tendência positiva deve-se principalmente à expansão do comércio da UE com o Brasil (as exportações da UE cresceram 4,2 % e as importações aumentaram 1,9 %).⁸¹ Este aumento compensou a diminuição do comércio com a Argentina (as exportações da

⁷³ C. R. Caichioloü, ['The Mercosur experience and theories of regional integration'](#), *Contexto Internacional*, Vol. 39(1) janeiro/abril de 2017, pp. 117-134.

⁷⁴ M. Toscano Franca Filho, L. Lixinski, M. Belén Olmos Giupponi (eds.), [The Law of Mercosur](#), Bloomsbury Publishing, 2010.

⁷⁵ F.E. Bakker, [Economic asymmetry and institutional shortfall in Mercosur: predictions for deepening Mercosur integration](#), Master's thesis, junho de 2013; C. P. Bown, Instituto Peterson de Economia Internacional, e P. Tovar, Pontificia Universidad Católica del Perú, [Mercosur is not really a free trade agreement, let alone a customs union](#), 17 de setembro de 2016.

⁷⁶ M. Mota Prado e V. Bertrand, [«Regulatory Cooperation in Latin America: The Case of Mercosur»](#), *Law and Contemporary Problems*, Vol. 78, 2015, pp. 205-230.

⁷⁷ O Brasil tornou-se o impulsionador da proposta de reduzir a PEC média de 13,6 % para 6,4 %, a fim de melhorar a competitividade global dos países do Mercosul. [Brasil busca acelerar la apertura y propone bajar aranceles al Mercosur](#), *Clarín*, 22 de outubro de 2019.

⁷⁸ [Legal Framework of the Common Market of the Southern Cone](#), Sistema Internacional de Comércio Externo, Organização dos Estados Americanos (OEA).

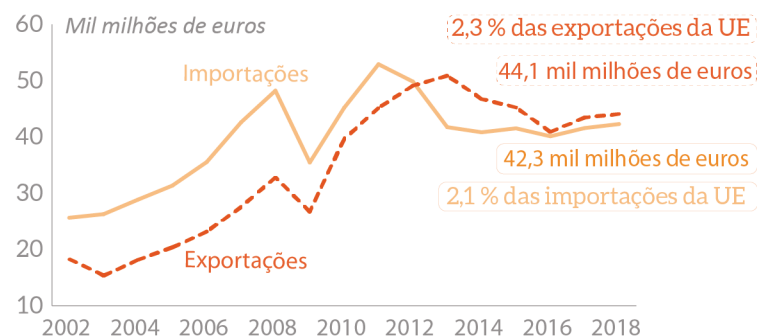
⁷⁹ [Generalised Scheme of Preferences in a nutshell](#), Comissão Europeia.

⁸⁰ Para mais informações, consultar as entradas na base de dados de acesso ao mercado da Comissão Europeia relativas à [Argentina](#), ao [Brasil](#), ao [Paraguai](#) e ao [Uruguai](#).

⁸¹ Desde 2007, o Brasil mantém uma parceria estratégica com a UE que inclui o processo de integração do Mercosul, as alterações climáticas, a luta contra a pobreza e as energias sustentáveis. [O Brasil e a UE](#), Serviço Europeu para a Ação Externa, 11 de maio de 2016. Em 2011, foi adotado um plano de ação conjunto para o período 2012-2014. A mais recente cimeira UE-Brasil teve lugar em 2014. A. Ayuso e S. Gratiús, [The Economic Agenda between Brazil and the EU](#):

UE caíram 5,7 %, tendo as exportações de produtos agrícolas e de equipamento de fabrico e de transporte diminuído 11 %), com o Uruguai (as exportações da UE dos mesmos produtos de exportação caíram 11,7 % e 1,5 %, respetivamente) e com o Paraguai (as exportações da UE dos mesmos produtos caíram 4,4 % e 0,8 %, respetivamente). As importações da UE de produtos agrícolas originários da Argentina e do Paraguai diminuíram 8,7 % e 39 %, respetivamente, enquanto as de produtos originários do Brasil aumentaram 4,4 % e do Uruguai 15 %.⁸²

Figura 23 – Comércio de mercadorias da UE com o Mercosul-4



Fonte: Eurostat.

As relações comerciais bilaterais da UE com os quatro membros fundadores do Mercosul remontam ao início da década de 1990.⁸³ A UE celebrou acordos-quadro de comércio e cooperação com a Argentina em 1990, com o Paraguai em 1992, com o Uruguai em 1994 e com o Brasil em 1995. Paralelamente, em 1992 foi assinado um primeiro acordo de cooperação inter-regional, depois substituído pelo acordo-quadro inter-regional de cooperação de 1995, que entrou em vigor em 1999.⁸⁴ Este acordo, que abrange o diálogo político, o comércio e a cooperação económica e rege, atualmente, as relações entre os dois blocos comerciais, foi originalmente concebido como um primeiro passo no sentido de um ambicioso AA birregional UE-Mercosul que liberalizaria o comércio entre as duas partes de uma forma global.⁸⁵

Em 1999, foram iniciadas negociações UE-Mercosul sobre um AA birregional (com exclusão da Venezuela), incluindo um ACL, mas também um pilar político e de cooperação.⁸⁶ Em 2004, as negociações atingiram um impasse, visto que as partes não conseguiram chegar a acordo sobre as respetivas propostas finais, devido aos diferentes níveis de ambição relativamente à liberalização do comércio nos mercados da agricultura, dos serviços e dos contratos públicos.

As conversações foram suspensas até à cimeira UE-ALC de 2010 em Madrid, data em que foram retomadas, para novamente chegarem a um impasse em 2012, o ano da adesão formal da Venezuela ao Mercosul.⁸⁷

[Prospects for a Bilateral and Global Upgrading](#), Istituto Affari Internazionali, Istituto Affari Internazionali (IAI) Papers 18, 8 de abril 2018.

⁸² Comércio de mercadorias da UE com a [Argentina](#), o [Brasil](#), o [Paraguai](#) e o [Uruguai](#), Comissão Europeia, 3 de junho de 2019.

⁸³ Acordos-quadro bilaterais de cooperação com os países do Mercosul, Sínteses da legislação da UE, [Eur-Lex](#).

⁸⁴ [Comunicado de Imprensa](#), Memo/94/62, Comissão Europeia, outubro de 1994.

⁸⁵ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho, [The European Community and Mercosur – An enhanced policy](#), 19 de outubro de 1994.

⁸⁶ As diretrizes de negociação do Conselho foram adotadas em setembro de 1999, quando os Estados-Membros da UE tinham competência exclusiva para o IDE. Por conseguinte, o futuro pilar comercial do AA UE-Mercosul conterá algumas disposições em matéria de acesso ao mercado para o IDE, mas nenhuma disposição sobre a proteção do investimento. [Comunicado de Imprensa](#) 199910621/99, Comissão Europeia, 13 de setembro de 1999.

⁸⁷ A Venezuela não foi parte nas negociações UE-Mercosul sobre o AA. As relações bilaterais entre a UE e a Venezuela não são regidas por um quadro jurídico bilateral. Comissão Europeia, Países e regiões, [Venezuela](#). O comércio total de

As negociações ganharam impulso após a chegada ao poder de dois presidentes favoráveis à atividade empresarial, Mauricio Macri na Argentina e Michel Temer no Brasil, em 2015 e em 2016.⁸⁸ No entanto, a agricultura, incluindo as indicações geográficas (IG), continuou a ser um obstáculo importante. O Mercosul é um importante produtor de produtos agrícolas, como a carne de bovino e a soja, que atualmente representam uma grande parte das exportações do Mercosul para a UE.⁸⁹

Quadro 2 – Importações da UE de carne de bovino e animais vivos provenientes dos principais parceiros (toneladas EPC)

	2015		2016		2017		2018		jan - ago 2019		Em comparação com jan - ago 2018
	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	Toneladas	%	
Brasil	136 858	42,4%	140 319	42,0%	115 392	37,7%	140 243	41,1%	86 937	40,2%	-2,8%
Argentina	42 149	13,0%	43 542	13,0%	49 890	16,3%	69 996	20,5%	46 885	21,7%	1,8%
Uruguai	46 287	14,3%	56 747	17,0%	57 985	18,9%	52 462	15,4%	32 338	15,0%	-13,7%
Austrália	30 884	9,6%	27 850	8,3%	21 990	7,2%	20 868	6,1%	13 457	6,2%	-10,5%
EUA	24 132	7,5%	20 499	6,1%	21 624	7,1%	19 319	5,7%	12 451	5,8%	-8,7%
Nova Zelândia	11 380	3,5%	9 869	3,0%	8 093	2,6%	8 669	2,5%	5 296	2,5%	-13,1%
Paraguai	1 915	0,6%	5 979	1,8%	6 915	2,3%	6 287	1,8%	3 446	1,6%	-22,1%
Canadá	428	0,1%	421	0,1%	513	0,2%	1 343	0,4%	1 518	0,7%	-
Japão	359	0,1%	579	0,2%	693	0,2%	859	0,3%	610	0,3%	18,7%

Fonte: COMEXT, [Beef & veal market situation](#), Comissão Europeia, outubro de 2019, p. 28; EPC = equivalente peso-carcaça

De acordo com um estudo de 2016 da Comissão Europeia sobre o impacto cumulativo na agricultura da UE de 12 acordos comerciais então em negociação, os mercados de carne de bovino, aves e açúcar da UE⁹⁰ teriam de enfrentar um aumento significativo das importações do Mercosul. Por conseguinte, o estudo sugere que, para estes produtos sensíveis, o acesso ao mercado seja cuidadosamente calibrado por contingentes pautais.⁹¹

mercadorias entre a UE e a Venezuela diminui para um mínimo histórico de 2,3 mil milhões de euros em 2018, Comércio de mercadorias com a [Venezuela](#), Comissão Europeia, 3 de junho de 2019.

⁸⁸ P. Millard, [Brazil's economic policy lurches right](#), Bloomberg, 1 de setembro de 2016; J. Cruz Díaz e H. Lough, [Viewpoint: Argentina's pro-business president delivers on politics over economics](#), Americas Society/Council of the Americas, 12 de dezembro de 2016.

⁸⁹ Fichas de dados estatísticos sobre o comércio agroalimentar com a [Argentina](#), o [Brasil](#), o [Paraguai](#) e o [Uruguai](#), Comissão Europeia, 15 de março de 2019.

⁹⁰ [Poultry market situation](#), Comissão Europeia. [Sugar market situation](#), Comissão Europeia.

⁹¹ [Cumulative economic impact of future trade agreements on EU agriculture](#), Centro Comum de Investigação, Comissão Europeia, 2016.

No que diz respeito aos setores industriais, em particular os setores automóvel, farmacêutico, químico e têxtil, os serviços financeiros e marítimos, as telecomunicações e os contratos públicos, os interesses ofensivos da UE contrastaram com os interesses defensivos do Mercosul.

A dinâmica das negociações acelerou em especial após a entrada em funções do presidente brasileiro de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. Os crescentes receios de que um regresso peronista na Argentina após as eleições de outubro de 2019 possa paralisar as reformas internas do Mercosul e as suas negociações com parceiros comerciais, como a UE, impeliram a UE e o Mercosul a acelerar as negociações e a negociar um acordo político.⁹²

Em 28 de junho de 2019, foi alcançado um «acordo de princípio».⁹³ O texto acordado está atualmente a ser objeto de uma revisão jurídica antes de poder ser formalmente assinado pelo Conselho e transmitido ao Parlamento Europeu para aprovação. Sendo um acordo misto,⁹⁴ deve igualmente ser ratificado por todos os parlamentos nacionais e regionais da UE.⁹⁵ Se ratificado, o acordo UE-Mercosul seria o acordo comercial mais importante da UE em termos de população abrangida (773 milhões) e de ganhos estimados com as reduções pautais (mais de 4 mil milhões de euros para a UE).⁹⁶ A UE reforçaria a sua posição geopolítica na ALC com base em acordos globais que regeriam o comércio com quase todos os países da região (com exceção de Cuba, da Bolívia e da Venezuela).⁹⁷

No entanto, se bem que uma vasta gama de indústrias e setores agrícolas da UE beneficie consideravelmente com o acordo, a ratificação do AA UE-Mercosul enfrenta sérios desafios na UE e, possivelmente, também na Argentina. Vários Estados-Membros da UE dotados de importantes grupos de interesses agrícolas na União com interesses defensivos exprimiram uma forte oposição ao acordo.⁹⁸ Os opositores consideram que, ao importar mais produtos agrícolas do Mercosul, a UE fomentaria o desenvolvimento não sustentável, nomeadamente a utilização de pesticidas e hormonas proibidas na UE, aceleraria a desflorestação da Amazónia para a expansão de terras agrícolas e comprometeria os direitos humanos dos povos indígenas residentes nessas regiões.⁹⁹ Dado que o candidato peronista que se apresenta numa plataforma populista de centro-esquerda

⁹² Em 24 de agosto de 2019, o Mercosul chegou a um acordo político com a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), que inclui a Islândia, o Listenstaine, a Noruega e a Suíça. [Mercosur and EFTA countries reach a free trade agreement](#), MercoPress, 24 de agosto de 2019. O bloco está em negociações de um ACL com o Canadá, Singapura e a Coreia do Sul; [Canada will continue trade negotiations with Mercosur, despite the current Amazon policy of Brazil](#), MercoPress, 28 de agosto de 2019; [Mercosur expects to conclude trade deals with Singapore and South Korea next year](#), MercoPress, 16 de outubro de 2019.

⁹³ Em 12 de julho de 2019, a Comissão Europeia [publicou um resumo](#) do acordo, assim como uma lista, ainda incompleta, dos capítulos negociados, atualmente objeto de uma revisão jurídica.

⁹⁴ [Conclusões do Conselho sobre a negociação e a celebração de acordos comerciais da UE](#), Conselho da União Europeia, 9180/18, 22 de maio de 2018, p. 3.

⁹⁵ Para mais desenvolvimentos, consultar o [calendário do comboio legislativo do EPRS](#).

⁹⁶ [UE e Mercosul chegam a acordo sobre o comércio](#), Comunicado de imprensa da Comissão Europeia, 28 de junho de 2019.

⁹⁷ O [projeto de relatório provisório](#) de outubro de 2019 sobre a avaliação de impacto da sustentabilidade foi [apresentado](#) durante uma reunião de diálogo com a sociedade civil, organizada pela Comissão Europeia em 15 de outubro de 2019.

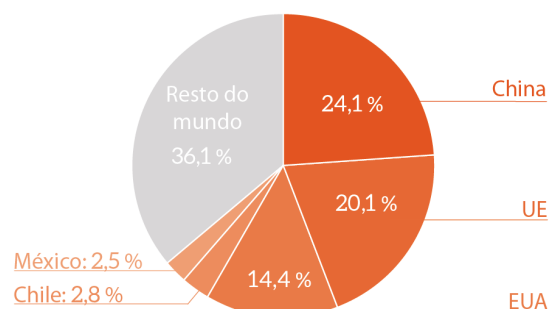
⁹⁸ [Austria rejects EU-Mercosur trade deal over Amazon fires](#), *The Guardian*, 19 de setembro de 2019; [France will not sign Mercosur deal under current conditions: minister Borne](#), Reuters, 8 de outubro de 2019; [Dáil rejects EU-Mercosur trade deal in symbolic vote](#), *The Journal*, 11 de julho de 2019.

⁹⁹ Podem ser encontradas mais informações sobre os entraves ao comércio e as posições das partes interessadas no *briefing* de G. Grieger, [Pilar comercial do Acordo de Associação UE-Mercosul](#), [ES] [PT], EPRS, Parlamento Europeu, agosto de 2019. Para o impacto esperado das disposições agrícolas nos países ACP, ver EPA Monitoring, [The EU-Mercosur Agreement Part 1](#), e [Part 2](#) de 22 de agosto de 2019 e 5 de setembro de 2019, respetivamente.

ganhou as eleições presidenciais de outubro de 2019 na Argentina, resta saber se tal significará um regresso às políticas protecionistas do passado e um desafio para o acordo UE-Mercosul.¹⁰⁰

Figura 24 – Mercosul-4: 5 principais parceiros comerciais

Comércio de mercadorias (exportações mais importações, 2018)



Fonte: FMI.

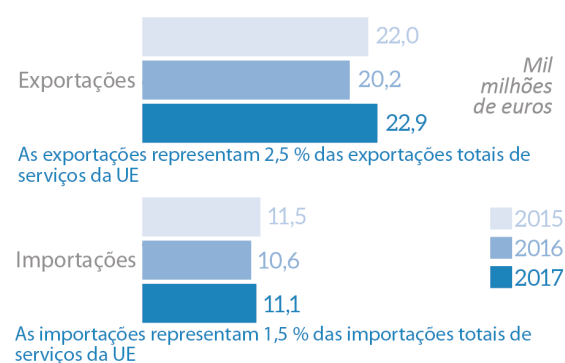
Figura 25 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com o Mercosul-4 (2018)



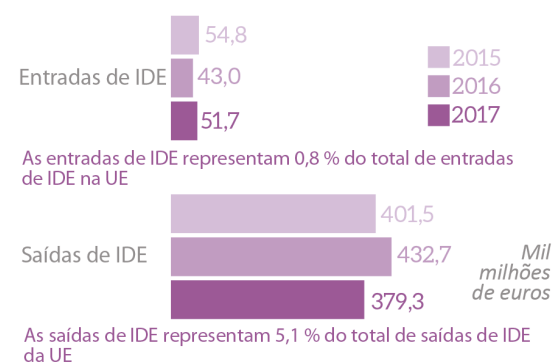
Fonte: Eurostat.

Figura 26 – Comércio de serviços da UE com o Mercosul-4



Fonte: Eurostat.

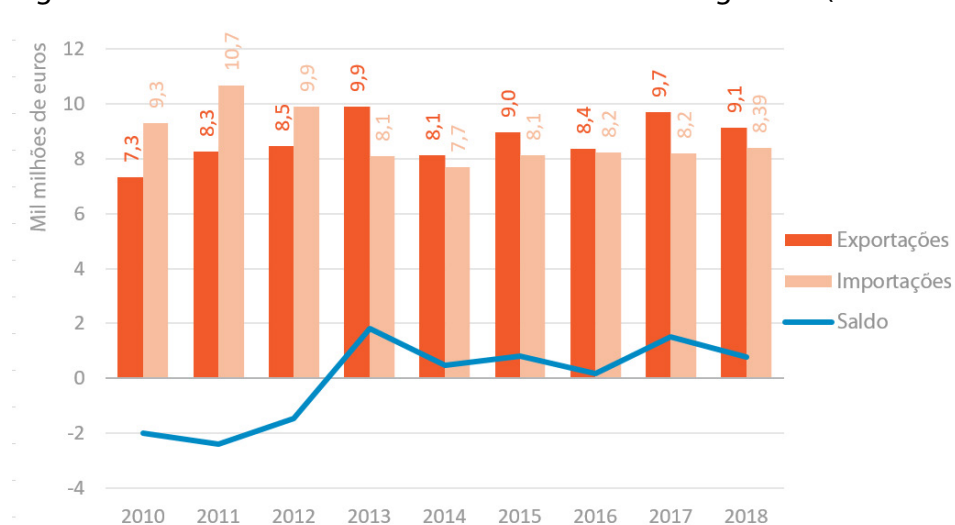
Figura 27 – Stocks de IDE da UE com o Mercosul-4



Fonte: Eurostat.

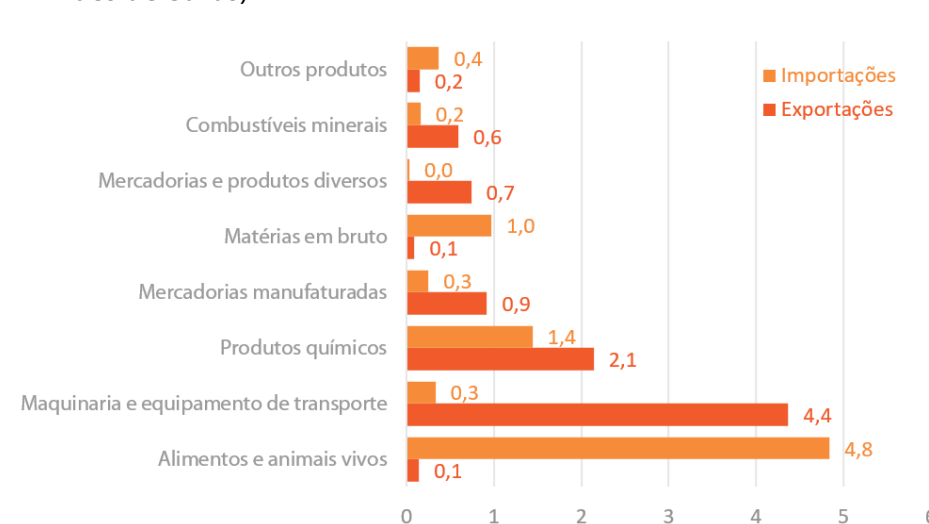
¹⁰⁰ O. Stuenkel, [The Trouble Ahead for Argentina-Brazil Ties](#), *Americas Quarterly*, 28 de outubro de 2019. F. Fróes, [Argentina's election: The international implications of a Fernández government](#), Conselho Atlântico, 1 de novembro de 2019.

Figura 28 – Comércio de mercadorias da UE com a Argentina (2010-2018)



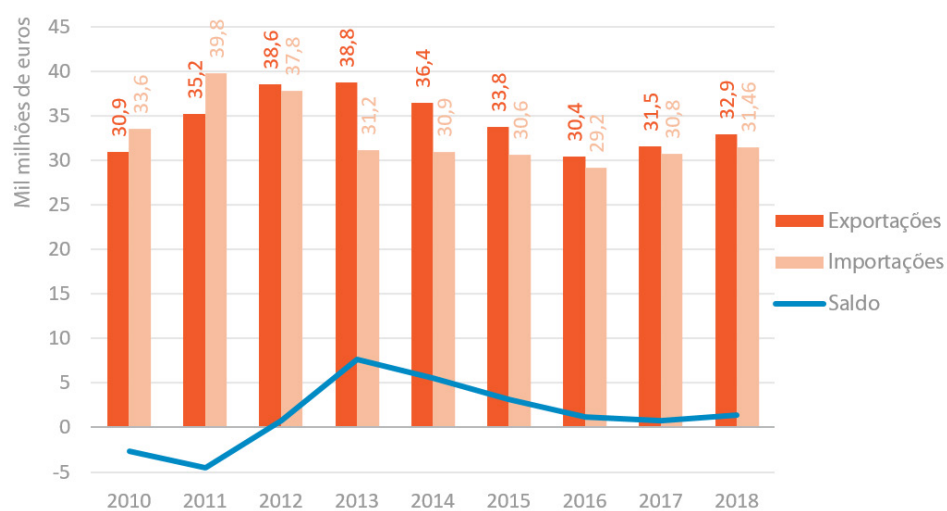
Fonte: Eurostat.

Figura 29 – Comércio da UE com a Argentina: principais produtos (2018, mil milhões de euros)



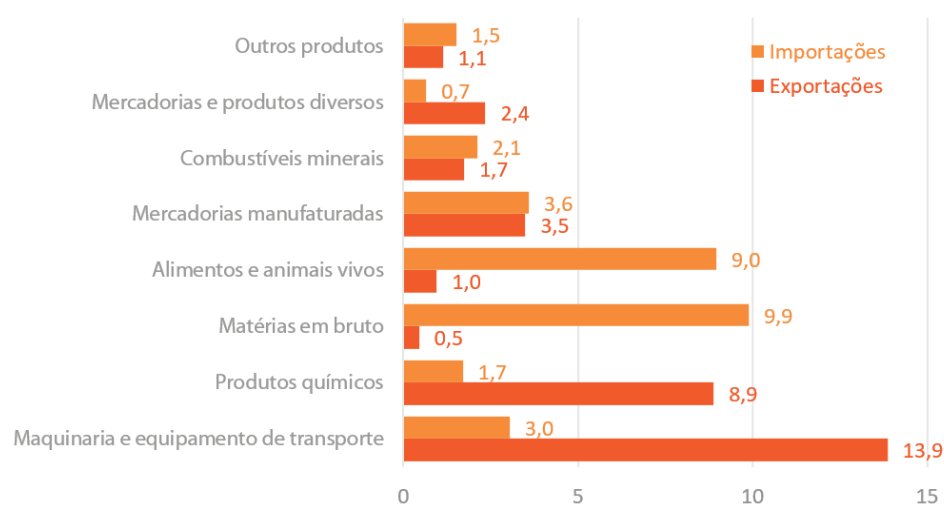
Fonte: Eurostat.

Figura 30 – Comércio de mercadorias da UE com o Brasil (2010-2018)



Fonte: Eurostat.

Figura 31 – Comércio da UE com o Brasil: principais produtos (2018, mil milhões de euros)



Fonte: Eurostat.

1.2.2. Modernização do pilar comercial do Acordo Global UE-México



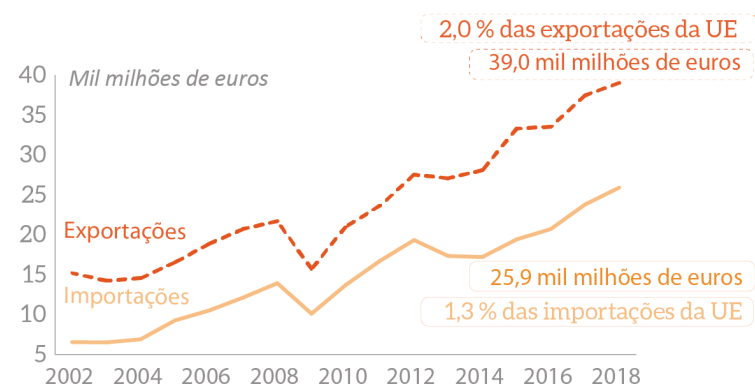
O México (oficialmente conhecido como os Estados Unidos Mexicanos), possui a 14.^a maior economia do mundo em termos de PIB e a segunda maior da América Latina (depois do Brasil).¹⁰¹ Pertence ao G20, à OCDE, à Aliança do Pacífico e à APEC.

O México foi o primeiro país da América Latina a assinar um acordo de associação económica, concertação política e cooperação (o «Acordo Global») com a UE, em 1997.¹⁰² O Acordo Global está em vigor desde 2000 e é constituído por três pilares, nomeadamente o diálogo político, o comércio e a cooperação. No âmbito do pilar comercial do Acordo Global, o comércio de mercadorias e de serviços entre a UE e o México foi (parcialmente) liberalizado e, em certa medida, diversas outras disciplinas comerciais foram definidas. O México também mantém uma parceria estratégica com a UE.¹⁰³ A parceria é uma estratégia indicativa que facilita um diálogo mais amplo e uma cooperação (política) mais aprofundada entre as partes, contendo apenas objetivos limitados no que diz respeito às relações comerciais bilaterais.

Nos últimos anos, o México empreendeu um ambicioso conjunto de reformas estruturais internas, acordado no «Pacto para o México» (que inclui reformas nos domínios da fiscalidade, energia/telecomunicações e educação) e impulsionou a introdução de mecanismos com vista a facilitar os fluxos de investimento em infraestruturas,¹⁰⁴ o que cria oportunidades para as empresas da UE que procuram um maior acesso ao mercado mexicano.

O México é o segundo maior parceiro comercial da UE na ALC, a seguir ao Brasil. Em 2018, o comércio total de mercadorias entre a UE e o México ascendeu a 65 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 5,8 % em relação a 2017, tendo as exportações da UE crescido mais rapidamente do que as exportações mexicanas. Contrariamente às exportações de outras economias da ALC, as exportações mexicanas são predominantemente de produtos industriais, representando os equipamentos de transporte e as máquinas e aparelhos cerca de metade das exportações totais. As mesmas categorias de produtos constituem cerca de 29 % das exportações da UE para o México. Com um valor de 2,8 mil milhões de euros, o comércio agrícola global entre os parceiros desempenha um papel bastante marginal,¹⁰⁵

Figura 32 – Comércio de mercadorias da UE com o México



Fonte: Eurostat.

¹⁰¹ [México: indicadores económicos e comércio com a UE](#), EPRS e Globalstat, Parlamento Europeu, março de 2017.

¹⁰² [Acordo de Parceria Económica, de Concertação Política e de Cooperação](#), 28 de outubro de 2000.

¹⁰³ [Parceria Estratégica](#), 15 de julho de 2008.

¹⁰⁴ [Estudios económicos de la OCDE: México](#), OCDE, janeiro de 2015.

¹⁰⁵ Fichas de dados estatísticos sobre o comércio agroalimentar com o México, Comissão Europeia, 15 de março de 2019.

sendo as bebidas e as bebidas espirituosas responsáveis, respetivamente, por 10 % e 14 % do comércio agrícola de ambos os parceiros.¹⁰⁶ Atualmente, estão registadas para o México, no total, 11 barreiras no acesso ao mercado, incluindo procedimentos aduaneiros e questões relacionadas com medidas sanitárias e fitossanitárias e com os DPI.¹⁰⁷

Desde 2013, a UE e o México estão a trabalhar na modernização do pilar comercial do Acordo Global.¹⁰⁸ O objetivo é desbloquear o potencial de comércio e investimento bilateral ainda por explorar, alargando o âmbito do pilar comercial para incluir novas questões comerciais (como a proteção do investimento, a cooperação regulamentar e o comércio e desenvolvimento sustentável). Além disso, a modernização procura adaptar o pilar comercial às mudanças políticas e económicas ocorridas tanto na UE como no México desde 2000. Para além da melhoria do acesso a um mercado de mais de 100 milhões de consumidores, as reformas económicas realizadas pelo México em 2013 (em particular nos setores da energia e das telecomunicações) constituem também um importante incentivo para que a UE prossiga esta modernização.¹⁰⁹

Em 21 de abril de 2018, a UE e o México anunciaram um «acordo de princípio» sobre a modernização do pilar comercial.¹¹⁰ Atualmente, o texto acordado está a ser objeto de uma revisão jurídica antes de o acordo poder ser assinado oficialmente.¹¹¹ Sendo um acordo misto, tem posteriormente de ser ratificado, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros.¹¹² O projeto de relatório final sobre a avaliação de impacto da sustentabilidade no pilar do comércio foi apresentado num diálogo da sociedade civil com a Comissão Europeia em 4 de julho de 2019.¹¹³

¹⁰⁶ [Commission Staff Working Document. Individual reports and info sheets on implementation of EU Free Trade Agreements](#), SWD(2019) 370 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

¹⁰⁷ Para mais informações, consultar as entradas na base de dados de acesso ao mercado da Comissão Europeia relativas ao [México](#).

¹⁰⁸ R. Harte, [Modernisation of the trade pillar of the EU-Mexico Global Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, setembro de 2017.

¹⁰⁹ [The EU-Latin American Strategic Partnership: state of play and ways forward](#), Departamento Temático de Políticas Externas, Parlamento Europeu, julho de 2017.

¹¹⁰ [New EU-Mexico agreement: The Agreement in Principle and its texts](#), Comissão Europeia.

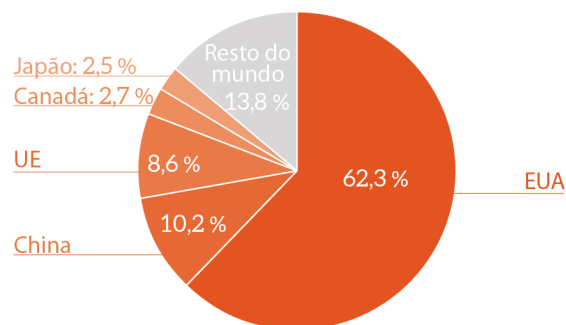
¹¹¹ Para mais desenvolvimentos, consultar o [calendário do comboio legislativo do EPRS](#).

¹¹² [The EU-Mexico Trade agreement explained](#), DG TRADE, Comissão Europeia.

¹¹³ [Civil Society Dialogue on EU-Mexico Sustainability Impact Assessment](#), 4 de julho de 2019, [Projeto de relatório final](#) de 1 de maio de 2019, LSE Consulting, [apresentação](#).

Figura 33 – México: 5 principais parceiros comerciais

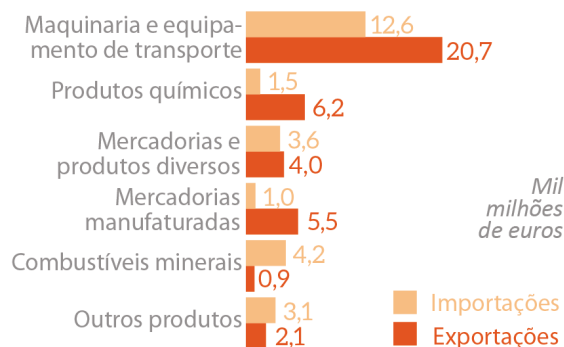
Comércio de mercadorias (exportações mais importações) (2018)



Fonte: FMI.

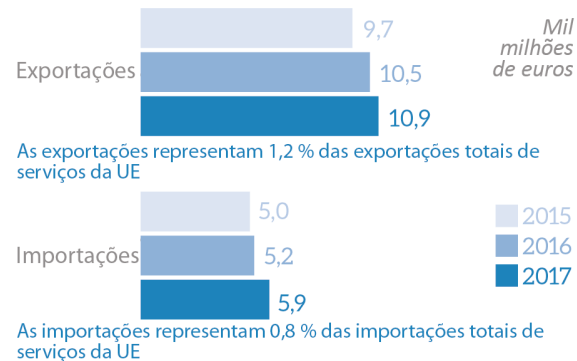
Figura 34 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com o México (2018)



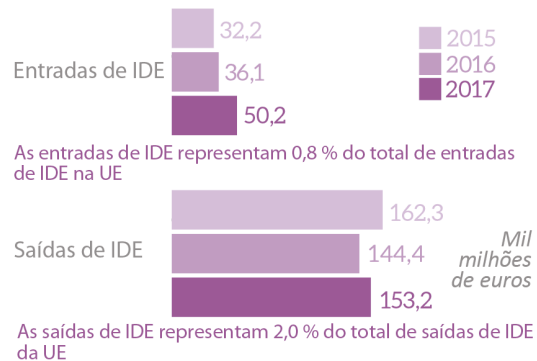
Fonte: Eurostat.

Figura 35 – Comércio de serviços da UE com o México



Fonte: Eurostat.

Figura 36 – Stocks de IDE da UE com o México



Fonte: Eurostat.

1.2.3. Modernização do pilar comercial do Acordo de Associação UE-Chile



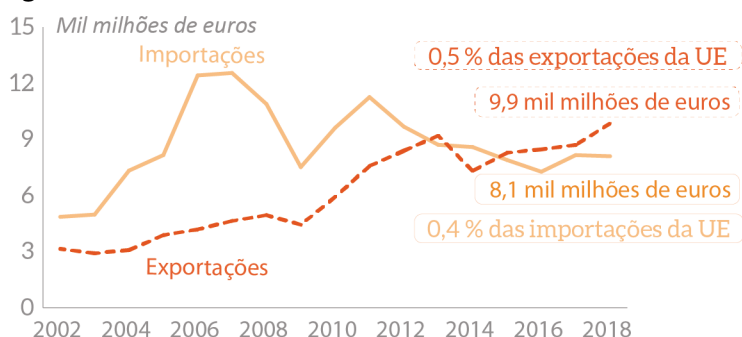
O Chile, membro da OCDE, membro fundador da Aliança do Pacífico e membro associado da Comunidade Andina e do Mercosul, desenvolveu uma ampla rede de acordos de comércio livre sobre os quais assenta a sua abertura ao comércio externo.¹¹⁴

As relações UE-Chile foram inicialmente regidas pelo Acordo-Quadro de Cooperação de 1996, depois substituído pelo Acordo de Associação UE-Chile (AA) de 2002 (em vigor na sua totalidade desde 2005), o qual proporciona um quadro abrangente para o diálogo político, o comércio e a cooperação. A UE também assinou com o Chile acordos sobre ciência e tecnologia, política regional e reconhecimento mútuo de produtos biológicos. Este último entrou em vigor em janeiro de 2018.¹¹⁵

Em funcionamento desde 2003, o pilar comercial do AA UE-Chile está em parte desatualizado (regras de origem obsoletas, eliminação incompleta dos obstáculos não pautais¹¹⁶ e DPI limitados), em virtude da evolução da política comercial mundial. Os regimes comerciais preferenciais nele contidos foram substituídos pelo grande número de ACL ambiciosos e globais que o Chile e a UE celebraram entretanto com países terceiros. Um estudo de 2017 mostra que ocorreu uma erosão do comércio bilateral em termos relativos a favor de terceiros, como a China.¹¹⁷

Esta tendência prosseguiu em 2018, embora, em termos absolutos, o comércio de mercadorias entre a UE e o Chile quase tenha voltado a atingir o nível máximo de 18,9 mil milhões de euros alcançado em 2011. As exportações da UE de máquinas e aparelhos e equipamentos de transporte para o Chile cresceram 14 % e 27 %, respetivamente, em comparação com 2017. Enquanto as importações da UE de produtos minerais, metais de base e plásticos originários do Chile caíram 6,7 %, 21,8 % e 16,6 %, respetivamente, as de madeira, pasta de madeira e gorduras e óleos animais ou vegetais aumentaram 12,6 %, 15,7 % e 30,3 %, respetivamente.¹¹⁸ Em 2018, a UE registou um excedente comercial de

Figura 37 – Comércio de mercadorias da UE com o Chile



Fonte: Eurostat.

¹¹⁴ [Information on Chile, Free Trade Agreements in Force](#), Sistema de Informação sobre Comércio Exterior, OEA.

¹¹⁵ [Acordo entre a União Europeia e a República do Chile sobre o comércio de produtos biológicos](#), Conselho da União Europeia, 15 de fevereiro de 2017. No âmbito deste acordo, a UE e o Chile reconhecem mutuamente a equivalência das suas regras e controlos sobre a produção de alimentos biológicos. [MEPs weigh in to revamp EU-Chile trade deal](#), comunicado de imprensa, Parlamento Europeu, 14 de setembro de 2017.

¹¹⁶ A base de dados de acesso ao mercado da Comissão Europeia contém atualmente seis entradas relativas ao [Chile](#).

¹¹⁷ [Ex-ante study of a possible modernisation of the EU-Chile Association Agreement](#), Relatório final, Ecorys, fevereiro de 2017. Ver também a [Avaliação de impacto da Comissão Europeia](#), SWD(2017) 173 final, 24 de maio de 2017.

¹¹⁸ Para mais informações sobre o comércio agroalimentar entre a UE e o Chile, ver as fichas de dados estatísticos relativas ao [Chile](#), Comissão Europeia, 15 de março de 2019.

1,5 mil milhões de euros com o Chile.¹¹⁹ De acordo com a base de dados sobre barreiras comerciais, algumas questões relacionadas com os DPI e os contratos públicos continuam a criar obstáculos ao comércio UE-Chile.¹²⁰

Na cimeira UE-CELAC de 2013 em Santiago (Chile), no contexto das restantes barreiras no acesso aos mercados da agricultura, dos serviços e dos contratos públicos, a UE e o Chile concordaram em aprofundar a modernização do acordo.¹²¹ A atualização do pilar comercial é uma oportunidade de ter em conta a evolução das disciplinas comerciais, os desenvolvimentos no domínio da política comercial e de investimento da UE, bem como a nova competência da UE em matéria de IDE – em parte exclusiva e em parte partilhada com os Estados-Membros da UE – no quadro do Tratado de Lisboa de 2009. O potencial ainda por explorar do AA deverá ser desbloqueado mediante a atualização das atuais preferências comerciais e o aditamento de novas disciplinas ao pilar comercial, incluindo um conjunto único de regras de investimento que substituam os tratados bilaterais de investimento (TBI) existentes entre o Chile e vários Estados-Membros. Para que a política comercial da UE possa responder melhor às preocupações dos cidadãos, a Comissão Europeia procura também incluir, pela primeira vez, no pilar comercial modernizado, disposições anticorrupção relacionadas com o comércio e o investimento. A introdução de um capítulo consagrado ao comércio e à igualdade de género é outra novidade proposta.¹²²

Em preparação do mandato de negociação do Conselho, em setembro de 2017, o Parlamento Europeu propôs a¹²³ inclusão de capítulos separados no pilar comercial para abranger as micro e as pequenas e médias empresas (PME), o investimento, o comércio e desenvolvimento sustentável e o comércio e a igualdade de género. Defendeu também a utilização do novo Sistema de Tribunais de Investimento (STI).¹²⁴ Apoiou a celebração de dois acordos separados que estabeleçam uma distinção entre um acordo de comércio e investimento da competência exclusiva da UE e um segundo para questões em que a UE e os Estados-Membros partilham competências, em conformidade com o recente parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre o Acordo UE-Singapura.¹²⁵

O Conselho dos Negócios Estrangeiros de 13 de novembro de 2017 aprovou o mandato de negociação que autoriza a Comissão a negociar um AA UE-Chile modernizado. Em 22 de janeiro de 2018, o Conselho decidiu, pela primeira vez, tornar públicas todas as diretrizes de negociação que abrangem o diálogo político, a cooperação e os aspetos comerciais.¹²⁶

¹¹⁹ [União Europeia, Comércio de mercadorias com o Chile](#), Comissão Europeia, 3 de junho de 2019; [Commission Staff Working Document. Individual reports and info sheets on implementation of EU Free Trade Agreements](#), SWD(2019) 370 final, Comissão Europeia, 14 de outubro de 2019.

¹²⁰ Para mais informações, consultar as entradas na base de dados de acesso ao mercado da Comissão Europeia relativas ao [Chile](#).

¹²¹ [Public online consultation on a possible modernisation of the trade part of the EU-Chile Association Agreement](#), DG Trade, Comissão Europeia.

¹²² Relatório sobre a implementação da estratégia de política comercial «Comércio para Todos» – Uma política comercial progressiva para controlar a globalização ([COM\(2017\) 491](#)), Comissão Europeia, maio de 2017, p. 10.

¹²³ G. Grieger, [Modernising EU-Chile trade relations](#), EPRS, Parlamento Europeu, setembro de 2017.

¹²⁴ L. Puccio e R. Harte, [From arbitration to the investment court system \(ICS\): The evolution of CETA rules](#), EPRS, Parlamento Europeu, junho de 2017.

¹²⁵ L. Puccio, [CJEU Opinion on the EU-Singapore Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, maio de 2017; [Parecer](#) 2/15 do TJUE, 16 de maio de 2017.

¹²⁶ [Acordo de Associação UE-Chile: diretrizes de negociação tornadas públicas](#), Conselho da União Europeia, 22 de janeiro de 2018.

Foi realizada uma primeira ronda de negociações em 16 de novembro de 2017, seguida de uma segunda em janeiro de 2018 e de uma terceira em maio-junho de 2018.¹²⁷ Em junho de 2018, a Comissão havia publicado 18 propostas de textos de negociação.¹²⁸ Depois de vários meses de estagnação, as negociações recuperaram fôlego e as partes realizaram uma quarta e quinta rondas de negociações em abril e julho de 2019, nas quais foram alcançados progressos significativos.¹²⁹

Uma avaliação de impacto da sustentabilidade, que analisa as potenciais implicações do pilar comercial nos planos económico, social, ambiental e dos direitos humanos, foi discutida num diálogo da sociedade civil com a Comissão Europeia em 10 de abril de 2019.¹³⁰ Esta avaliação recomenda a inclusão de objetivos e compromissos específicos relacionados com a aplicação de determinadas políticas e regulamentos no capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável. A apresentação do relatório revelou que as partes interessadas chilenas e europeias classificaram o estabelecimento de regras mais estritas para a proteção do ambiente e as normas laborais e sociais como a quarta sugestão mais importante para as negociações, a seguir à adoção de regras rigorosas contra a corrupção e em matéria de concorrência, bem como de regras de origem mais flexíveis.

¹²⁷ [Report on the 2nd round of negotiations](#), Comissão Europeia, 15-19 de janeiro de 2018; [Report on the 3rd round of negotiations](#), Comissão Europeia, 28 de maio a 1 de junho de 2018.

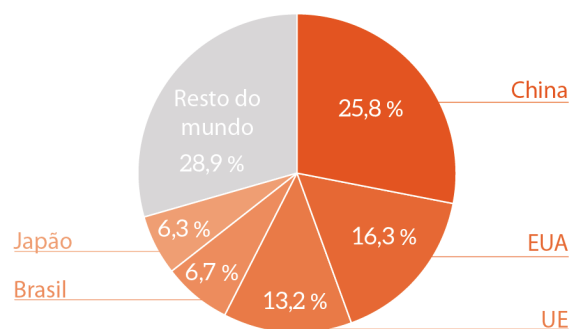
¹²⁸ [EU-Chile trade talks: Commission releases its proposals and reports about progress](#), Comissão Europeia, 6 de fevereiro de 2018.

¹²⁹ [Report on the 4th round of negotiations between the EU and Chile for modernising the trade part of the EU-Chile Association Agreement](#), Comissão Europeia, Santiago do Chile, 1-5 de abril de 2019; [Report on the 5th round of negotiations between the EU and Chile for the modernisation of the trade part of the EU Chile Association Agreement](#), Comissão Europeia, Bruxelas, 15-19 de julho de 2019; Para mais desenvolvimentos, consultar o [calendário do comboio legislativo do EPRS](#).

¹³⁰ [Civil society dialogue on State of Play of the EU-Chile Trade Negotiations and the Sustainability Impact Assessment](#), Comissão Europeia, 10 de abril de 2019. Sustainability Impact Assessment in Support of the Negotiations for the Modernisation of the Trade Part of the Association Agreement with Chile, [Projeto de relatório final](#) de 13 de março de 2019, [apresentação](#), BKP Development Research Consulting, e [relatório da reunião](#).

Figura 38 – Chile: 5 principais parceiros comerciais

Comércio de mercadorias (exportações mais importações) (2018)



Fonte: FMI.

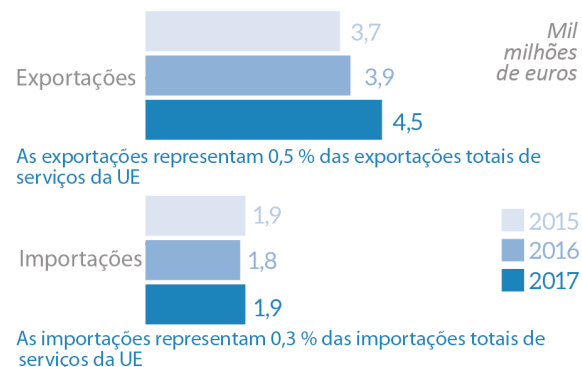
Figura 39 – Principais produtos comerciais

Comércio de mercadorias da UE com o Chile (2018)



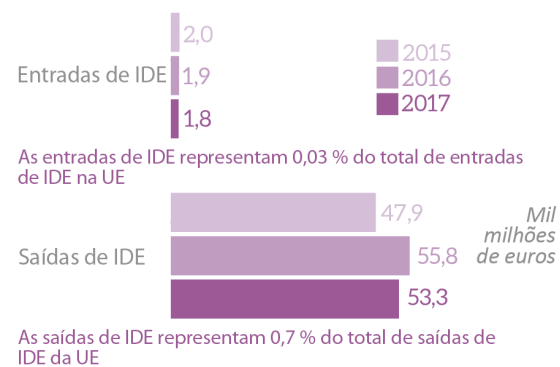
Fonte: Eurostat.

Figura 40 – Comércio de serviços da UE com o Chile



Fonte: Eurostat.

Figura 41 – Stocks de IDE da UE com o Chile



Fonte: Eurostat.

2. Síntese comparativa dos atuais acordos da UE que regem as relações comerciais com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC

A UE dispõe de uma vasta gama de acordos que regem as relações comerciais com a América Latina e as Caraíbas. Entre estes incluem-se:

- um acordo de comércio livre multilateral com três países da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Peru);
- dois acordos com grupos sub-regionais (Cariforum e América Central);
- acordos com o Mercosul e seus membros individuais que deverão ser substituídos por um acordo com o Mercosul;
- acordos bilaterais com o México e o Chile (ambos atualmente em fase de modernização) e um novo acordo com Cuba.

Estes acordos diferem consideravelmente em termos de cobertura e metodologia, dependendo do momento em que foram celebrados e do contexto das negociações.¹³¹

2.1. Diferentes metodologias de negociação

Cada uma das negociações seguiu o seu próprio caminho, em função das circunstâncias particulares de cada caso.

As negociações UE-Mercosul recentemente concluídas assentam num quadro jurídico existente que remonta à década de 1990. Nessa altura, a UE começou por celebrar acordos-quadro bilaterais de cooperação com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Brasil, a que se seguiu um acordo-quadro inter-regional de cooperação com o Mercosul. Estes acordos, em particular este último, foram considerados etapas intermédias do processo de conclusão de um acordo pleno UE-Mercosul para reger as relações comerciais. Como descrito na [secção 1.2.1](#), as negociações para este acordo revelaram-se muito complicadas, tendo mesmo sido suspensas em diversos momentos. A última tentativa, relançada em 2010, tem, contudo, o benefício adicional de poder agora abordar de imediato a maioria das questões comerciais de uma forma moderna e global. Esta situação contrasta com os acordos em vigor da UE com o México e o Chile, que agora são considerados desatualizados, devendo, portanto, ser modernizados.

O procedimento para concluir as negociações sobre o pilar comercial do Acordo Global UE-México foi bastante singular, no sentido de que este pilar não foi concluído de uma só vez (como a maioria dos acordos), mas sim em diferentes etapas como um «acordo vivo». Primeiro, em dezembro de 1997, o Acordo Global foi celebrado como um acordo-quadro geral que estabeleceu as bases para futuras negociações sobre a liberalização do comércio. Este acordo entrou em vigor em novembro de 2000. Ao mesmo tempo que o Acordo Global, em dezembro de 1997, foi também assinado um acordo provisório sobre comércio e aspetos relacionados com o comércio («Acordo Provisório»),¹³² que deriva do Acordo Global. Este acordo provisório entrou em vigor em julho de 1998, muito antes

¹³¹ Para uma síntese, ver o anexo 1. Uma vez que o ADPC UE-Cuba não é tão ambicioso no domínio do comércio como os outros acordos, não será incluído na análise da presente secção.

¹³² [Acordo Provisório sobre Comércio e Matérias Conexas](#), 13 de agosto de 1998.

do Acordo Global. Em conjunto, o Acordo Provisório e a parte comercial do Acordo Global constituíram o pilar comercial do Acordo Global.

No entanto, no momento da assinatura, os dois acordos apenas estabeleciam objetivos gerais em relação a disciplinas comerciais específicas. Por conseguinte, foi criado um Conselho Conjunto para implementar estes objetivos através de decisões precisas. Este Conselho Conjunto era composto por membros do Conselho da União Europeia e membros da Comissão Europeia, por um lado, e por membros do Governo do México, por outro. Era também assistido por um comité misto, que efetivamente prosseguia as negociações sobre as normas de execução. Neste quadro institucional, foram realizadas várias rondas de negociação a partir de novembro de 1998 para desenvolver o pilar comercial do Acordo Global. As decisões do Conselho Conjunto UE-México daí resultantes liberalizaram (parcialmente) o comércio de mercadorias em julho de 2000 (Decisão n.º 2/2000)¹³³ e o comércio de serviços em março de 2001 (Decisão n.º 2/2001).¹³⁴ A razão desta abordagem particular foi a entrada em vigor do NAFTA em 1994; a UE precisava de celebrar rapidamente um acordo com o México para não perder terreno no emergente mercado mexicano. Do ponto de vista do México, a forte dependência do mercado norte-americano também tornou necessárias uma aproximação a outros parceiros e a abertura de um processo de diversificação (além da UE, o México celebrou ACL nesses anos com o Chile, os países da EFTA, Israel, Japão e Uruguai).¹³⁵ No futuro, será uma vez mais interessante ver como os atuais esforços da UE para modernizar as suas relações comerciais com o México (e tirar partido das oportunidades económicas nesse mercado) irão decorrer à luz de um NAFTA renegociado (pelo menos entre o México e os EUA).

A estrutura do acordo comercial da UE com o Peru e a Colômbia (com a adesão posterior do Equador) também decorre das circunstâncias particulares da sua negociação. As negociações iniciaram-se, num primeiro momento, como um acordo regional entre a UE e a Comunidade Andina. No entanto, o Equador e a Bolívia abandonaram as negociações, que prosseguiram então de forma bilateral com o Peru e a Colômbia. O resultado foi a formalização de um acordo comercial global com calendários distintos para o Peru e a Colômbia. Posteriormente, o Equador negociou com êxito a sua adesão ao acordo comercial face ao risco iminente de perda do seu estatuto de beneficiário do SPG.

As negociações UE-Cariforum tiveram uma forte incidência no desenvolvimento. Este objetivo traduziu-se em calendários diferenciados para os membros do Cariforum, de modo a ter em conta as suas necessidades específicas de desenvolvimento. Foi também introduzido um certo tratamento diferenciado no acordo da UE com a América Central.

A flexibilidade para se ajustar às necessidades dos diferentes parceiros foi, portanto, uma característica particular da abordagem de negociação comercial da UE com os países da América Latina, contrariamente aos EUA, que se basearam mais no modelo do NAFTA.

2.2. Diferenças de conteúdo entre os acordos de «antiga» e de «nova» geração

Os primeiros acordos bilaterais e inter-regionais UE-Mercosul são, naturalmente, os menos avançados em termos de conteúdo, pois datam da década de 1990 e pretendiam servir de etapa

¹³³ [Decisão n.º 2/2000 do Conselho Conjunto CE-México, de 23 de março de 2000.](#)

¹³⁴ [Decisão n.º 2/2001 do Conselho Conjunto UE-México, de 27 de fevereiro de 2001.](#)

¹³⁵ [SICE: Países: México: Trade Policy Documents](#), Sistema de Informação sobre Comércio Exterior, OEA.

intermédia no processo conducente a um acordo inter-regional pleno. Os acordos subsequentes, com pilares comerciais concluídos no início da década de 2000, nomeadamente com o México e o Chile, refletem também, do ponto de vista do conteúdo, o momento da sua formalização e diferem significativamente dos acordos posteriores. Por exemplo, questões como a cooperação regulamentar e as disposições em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável estão muito menos desenvolvidas nos primeiros do que nos segundos. Embora os acordos UE-México e UE-Chile já contenham disposições da OMC+ para os obstáculos técnicos ao comércio e as medidas sanitárias e fitossanitárias, incluindo quadros de cooperação regulamentar (bem como disposições que estabelecem a cooperação para o reconhecimento mútuo), essas regras estão mais desenvolvidas nos acordos posteriores. Por exemplo, no acordo da UE com a Colômbia, o Equador e o Peru, o capítulo dedicado aos obstáculos técnicos ao comércio inclui a obrigação de utilizar normas internacionais¹³⁶, a menos que estas sejam ineficazes ou insuficientes para alcançar objetivos legítimos. Os acordos incluem também uma série de compromissos relativos, nomeadamente, a normas de marcação e rotulagem, requisitos sobre transparência, avaliações de conformidade e intercâmbio de informações sobre normas.

As disposições sobre comércio e desenvolvimento sustentável constituem uma parte importante dos acordos mais recentes. Refletindo o seu objetivo de desenvolvimento, o APE com o Cariforum, por exemplo, começa com uma parceria para o desenvolvimento sustentável e um compromisso claro de que o acordo deve ser aplicado em conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.¹³⁷ Foram igualmente dedicados títulos específicos às questões relacionadas com o comércio e o desenvolvimento sustentável no acordo da UE com a Colômbia, o Equador e o Peru, assim como no acordo com a América Central. Pelo contrário, nos atuais acordos UE-Chile e UE-México, não existem capítulos específicos dedicados ao desenvolvimento sustentável, embora esta questão tenha sido em parte coberta pelos diálogos políticos.¹³⁸ No entanto, as negociações em curso sobre a modernização deverão, em ambos os casos, dar origem a capítulos completos sobre comércio e desenvolvimento sustentável¹³⁹ (e no caso do Chile também a um novo capítulo sobre comércio e igualdade de género)¹⁴⁰.

As disposições relativas aos DPI nos acordos UE-Chile e UE-México estão igualmente menos desenvolvidas do que os aspetos dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (TRIPS+) incluídos nos acordos mais recentes da UE. Quando as indicações geográficas (IG) foram introduzidas nos acordos UE-Chile e UE-México, centraram-se essencialmente nos vinhos e bebidas espirituosas. No entanto, as disposições relativas às IG em outros acordos também abrangeram os alimentos, como no acordo UE-América Central e no acordo comercial UE-Colômbia-Ecuador-Peru. Além disso, no acordo UE-Cariforum, foi incluída uma cláusula de apreciação posterior (cláusula de *rendez-vous*)¹⁴¹ para permitir aos países estabelecerem um quadro regulamentar nacional para as indicações geográficas antes de negociarem um acordo nesta matéria. Uma vez mais, as modernizações em curso dos pilares comerciais dos acordos com o Chile

¹³⁶ Artigo 76.º do Acordo Comercial UE-Colômbia, Equador e Peru.

¹³⁷ Ver parte 1 e, em particular, o artigo 3.º do APE UE-Cariforum.

¹³⁸ Para a evolução dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável da UE, ver: K. Binder e L. Puccio, [Trade and sustainable development chapters in CETA](#), EPRS, Parlamento Europeu, janeiro de 2017.

¹³⁹ Para o texto do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável que fazia parte do «acordo de princípio» entre a UE e o México, ver: [Modernisation of the Trade part of the EU-Mexico Global Agreement: Trade and Sustainable Development](#), Comissão Europeia, abril de 2018.

¹⁴⁰ [EU proposal: Draft provisions on Trade and Gender Equality in the context of the Modernisation of the EU-Chile Association Agreement](#), Comissão Europeia, 22 de junho de 2018.

¹⁴¹ Artigo 145.º do APE UE-Cariforum.

e o México deverão resultar em disposições de ponta em matéria de DPI que abranjam um número significativo de IG.¹⁴²

Contrariamente aos acordos de associação euromediterrânicos, que apenas confirmaram os compromissos do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), os acordos UE-México e UE-Chile integram algumas características do GATS+. No entanto, os acordos negociados mais recentemente foram mais longe para garantir os compromissos do GATS+ e desenvolveram ainda mais as áreas das questões regulamentares a tratar no âmbito das disposições relativas aos serviços (incluindo as disposições relativas à proteção de dados).

Por último, nenhum dos atuais acordos da UE com os países da ALC inclui disposições sobre a proteção do investimento; em vez disso, estas disposições são, em alguns casos, cobertas por tratados bilaterais de investimento (TBI) com determinados Estados-Membros da UE. Esta situação irá provavelmente mudar após a negociação bem sucedida dos pilares comerciais modernizados com o Chile e o México.¹⁴³

2.3. Aprofundamento e alargamento dos acordos comerciais UE-ALC

A própria análise comparativa anterior mostra a importância das modernizações iniciadas pela Comissão no que respeita aos acordos UE-México e UE-Chile, a fim de os alinhar com a sua nova agenda «Comércio para Todos». Existe, ao mesmo tempo, uma justificação geopolítica para estas modernizações. O pilar comercial do Acordo Global UE-México já era menos avançado do que o NAFTA¹⁴⁴ (já para não referir a renegociação esperada deste último) e o PTP-11 (sem os EUA),¹⁴⁵ do qual tanto o Chile como o México fazem parte, aumentaria ainda mais as diferenças. Além disso, é do interesse da UE alinhar o Acordo Global UE-México com o mais completo e recente CETA UE-Canadá,¹⁴⁶ pois isso estabeleceria nomeadamente um certo grau de homogeneidade para as partes abrangidas por ambos os acordos.

Por último, a ratificação bem sucedida de um acordo com o Mercosul garantiria que a UE dispusesse de acordos globais para reger as relações comerciais com quase todos os países da América Latina (com exceção da Bolívia, de Cuba¹⁴⁷ e da Venezuela). Tal como referido anteriormente, nas últimas décadas, a UE perdeu quota de mercado na América Latina, sobretudo devido à ascensão da China (e, de um modo mais geral, da Ásia). Muitos países da América Latina estão, ao mesmo tempo, fortemente dependentes do mercado norte-americano e, portanto, vulneráveis a possíveis efeitos decorrentes de mudanças nas políticas comerciais dos EUA.¹⁴⁸

¹⁴² De acordo com a Comissão, 340 IG serão protegidas no quadro do acordo modernizado entre a UE e o México. Ver: [EU-Mexico trade agreement. Factsheet – Overview](#), Comissão Europeia, 28 de maio de 2018.

¹⁴³ Para o texto do capítulo sobre investimento que fazia parte do «acordo de princípio» entre a UE e o México, ver: [Modernisation of the Trade part of the EU-Mexico Global Agreement: Investment](#), Comissão Europeia, abril de 2018.

¹⁴⁴ [Evaluation of the implementation of the EU-Mexico FTA and an assessment of the possible modernisation of this agreement](#), Report of the Stakeholder Consultation Workshop, 9 de julho de 2015, ECORYS.

¹⁴⁵ Também conhecido como «Acordo Global e Progressivo de Parceria Transpacífico» (CPTPP).

¹⁴⁶ [Acordo Económico e Comercial Global entre a UE e o Canadá](#), DG Trade, Comissão Europeia.

¹⁴⁷ Como mencionado anteriormente, o novo ADPC UE-Cuba não é muito ambicioso no domínio do comércio.

¹⁴⁸ [Regional economic outlook – Western Hemisphere: A tale of two adjustments](#), FMI, maio de 2017.

Além disso, os países da ALC estão a recuperar de uma recessão regional em 2016,¹⁴⁹ que vem somar-se aos efeitos negativos da última desaceleração mundial que afetou a América Latina de forma particularmente dura.¹⁵⁰ Os países da América Latina (e em particular os membros do Mercosul) estão igualmente menos abertos ao comércio¹⁵¹ em comparação com outras regiões de mercados emergentes.¹⁵² Os atuais acordos UE-ALC que regem as relações comerciais e as negociações em curso oferecem, portanto, a oportunidade para ambas as partes reforçarem os seus laços comerciais num ambiente internacional em rápida mutação.¹⁵³

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ [Latin American and the Caribbean – Trade trend estimates 2016](#), IDB, 2015 (1Q).

¹⁵¹ [Regional economic outlook – Western Hemisphere adjusting under pressure](#), FMI, outubro de 2015.

¹⁵² [International trade and market access data](#), Organização Mundial do Comércio.

¹⁵³ [Outlook for Latin America and the Caribbean: A Stalling Recovery](#), FMI, 29 de julho de 2019.

3. Principais referências

BBVA Research, [Evaluation of the effects of the Free Trade Agreement between the European Union and Mexico on bilateral trade and investment](#), BBVA Research Working Paper, No 15/14, maio de 2015.

BKP Development Research & Consulting, [Sustainability Impact Assessment in Support of the Negotiations for the Modernisation of the Trade Part of the Association Agreement with Chile](#), Relatório final, 13 de março de 2019.

De Micco P., [The US and EU free trade agreements with Peru and Colombia: A comparison](#), Departamento Temático de Políticas Externas, Parlamento Europeu, 2014.

ECORYS, [Ex-ante study of a possible modernisation of the EU-Chile Association Agreement](#), Relatório final, Ecorys, fevereiro de 2017.

[Commission Staff Working Document. Individual reports and info sheets on implementation of EU Free Trade Agreements](#), SWD(2019) 370 final, 14 de outubro de 2019.

Comissão Europeia, Centro Comum de Investigação, [Cumulative economic impact of future trade agreements on EU agriculture](#), 2016.

Comissão Europeia, [Assessing the economic impact of the trade agreement between the European Union and Ecuador](#), junho de 2016.

[European Union: 'Trade Agreement' with Colombia and Peru](#), estudo encomendado pelo Departamento Temático de Políticas Externas, Parlamento Europeu, 20 de março de 2012.

Gómez Ramírez E., [EU-Cuba Political Dialogue and Cooperation Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, junho de 2017.

Grieger G., [EU-Cuba Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, julho de 2017.

Grieger G., [Modernising EU-Chile trade relations](#), EPRS, Parlamento Europeu, setembro de 2017.

Grieger G., [Modernisation of the trade pillar of the EU-Chile Association Agreement](#), [ES], EPRS, Parlamento Europeu, novembro de 2018.

Grieger, G., [Pilar comercial do Acordo de Associação UE-Mercosul](#), [ES] [PT], EPRS, Parlamento Europeu, agosto de 2019.

Harte, R., [Modernisation of the trade pillar of the EU-Mexico Global Agreement](#), EPRS, Parlamento Europeu, setembro de 2017.

Ioannides, I., [Peace and Security in 2019. Evaluating EU efforts to support peace in Colombia](#), estudo, EPRS, Parlamento Europeu, maio de 2019.

Ioannides, I., [The Trade Pillar in the EU-Central America Association Agreement](#), European Implementation Assessment, EPRS, Parlamento Europeu, outubro de 2018.

LSE Consulting, [Sustainability Impact Assessment in Support of the Negotiations for the Modernization of the Trade Pillar of the Global Agreement with Mexico](#), Projeto de relatório final, 4 de março de 2019.

LSE Consulting, [Sustainability Impact Assessment in Support of the Negotiations for the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur](#), Projeto de relatório provisório, 3 de outubro de 2019.

Schmieg, E., [Trade and Investment Agreements for Sustainable Development? Lessons from the EU's Economic Partnership Agreement with the Caribbean](#), Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança, julho de 2015.

Singh, R.H. et al., [Monitoring the implementation and results of the Cariforum–EU EPA Agreement](#), setembro de 2014.

Zygierewicz, A., [Trade agreement between the European Union and Colombia and Peru – European Implementation Assessment](#), EPRS, Parlamento Europeu, julho de 2018.

Anexo 1: Panorâmica geral das relações comerciais da UE com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC

A UE dispõe de uma vasta gama de acordos que regem as relações comerciais com os grupos sub-regionais e os diferentes países da ALC. O quadro a seguir apresenta uma panorâmica geral.

Quadro 1 – Panorâmica geral dos principais acordos UE-ALC que regem as relações comerciais

Parceiros comerciais	Acordo que contém um pilar comercial / Acordo comercial	Ano da entrada em vigor	Acordo político (conexo)
Argentina	Acordo-Quadro de cooperação comercial e económica entre a UE e a Argentina	1990	N/A
Paraguai	Acordo-Quadro de cooperação entre a UE e o Paraguai	1992	N/A
Uruguai	Acordo-Quadro de cooperação entre a UE e o Uruguai	1994	N/A
Brasil	Acordo-Quadro de cooperação entre a UE e o Brasil	1995	N/A
Mercosul	Acordo-quadro inter-regional de cooperação entre a UE e o Mercosul	1999	N/A
México	Acordo de Parceria Económica, de Concertação Política e de Cooperação entre a UE e o México (o «Acordo Global»)	2000	N/A
Chile	Acordo de Associação entre a UE e o Chile	2003	N/A
Cariforum	Acordo de Parceria Económica entre o Cariforum e a UE	2008 (exceto no Haiti)	Acordo de Cotonu
América Central	Acordo de Associação UE-América Central	2013	N/A
Comunidade Andina (Peru, Colômbia, Equador)	Acordo Comercial entre a UE e a Colômbia e o Peru + Protocolo de Adesão ao Acordo Comercial para ter em conta a adesão do Equador)	Aplicação a título provisório: Peru, Colômbia (2013), Equador (2017)	Declaração conjunta sobre o diálogo político (1996); a ser substituída pelo Acordo de Diálogo Político e de Cooperação (2003, ainda não em vigor)
Cuba	Acordo de Diálogo Político e de Cooperação	Aplicação a título provisório (2017)	N/A

Fonte: EPRS.

Os 33 países que formam a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) são, coletivamente, o quinto parceiro comercial mais importante da UE. A UE assinou acordos plenos com dois grupos da América Latina (Cariforum e o grupo da América Central), um acordo comercial multilateral com três países da Comunidade Andina (Colômbia, Equador e Peru), e acordos com o México e o Chile que se encontram em fase de modernização. Além disso, a UE celebrou acordos-quadro inter-regionais e bilaterais, tanto com o Mercosul como com cada um dos seus membros.

Os acordos da UE que regem as relações comerciais com os subgrupos da América Latina e das Caraíbas e os diversos países diferem consideravelmente em termos de cobertura e metodologia, dependendo do momento em que foram celebrados e do contexto das negociações. Atualmente, a UE está a modernizar os pilares comerciais dos seus acordos com o México (foi concluído um «acordo de princípio» em abril de 2018) e com o Chile (as negociações ainda estão em curso), a fim de os alinhar com as normas atuais dos acordos de comércio livre da UE. Se o Acordo de Associação UE-Mercosul, que compreende um pilar comercial para o qual foi alcançado um acordo político em junho de 2019, for ratificado com êxito, a UE disporá então de acordos globais para reger as relações comerciais com a quase totalidade da América Latina e das Caraíbas (com exceção da Bolívia, de Cuba e da Venezuela).

Esta publicação é da autoria dos Serviços de Estudos de Apoio aos Deputados
EPRS | Serviço de Estudos do Parlamento Europeu

O presente documento foi elaborado para os deputados e o pessoal do Parlamento Europeu como material de referência, a fim de os ajudar no seu trabalho parlamentar. O conteúdo do documento é da exclusiva responsabilidade dos autores e quaisquer opiniões nele expressas não representam a posição oficial do Parlamento Europeu.



PE 644.219
ISBN 978-92-846-6083-4
doi:10.2861/347765